

Cadernos Fecomercio de Economia

Número 22 - Janeiro de 2007



Inserindo o Brasil no Mundo

Unilateralismo, Bilateralismo, Regionalismo
Multilateralismo - Que Instrumentos nos Convêm?

FECOMERCIO

Cadernos Fecomercio de Economia
Número 22 - Janeiro de 2007

Inserindo o Brasil no Mundo

"UNILATERALISMO, BILATERALISMO, REGIONALISMO, MULTILATERALISMO – QUE INSTRUMENTOS NOS CONVÊM?"

Iniciativa: Conselho de Relações Internacionais
Presidente de honra: Rubens Ricupero
Responsável Técnico: Mário Marconini
Presidente Executivo do Conselho de Relações Internacionais da FECOMERCIO
Economista e especialista em negociação internacional no âmbito do Gatt e da Organização Mundial do Comércio (OMC)



Rua Dr. Plínio Barreto, 285 - 5º andar
Tel.: (11) 3254-1700 - Fax.: (11) 3254-1674/75
CEP: 01313-020 - São Paulo - SP

www.fecomercio.com.br

e-mail: cadernos@fecomercio.com.br

Presidente:
Abram Szajman

Diretor Executivo
Antonio Carlos Borges

Diretora
Assessoria Econômica
Fernanda Della Rosa

Design Gráfico
AM&F - Informática

A Federação do Comércio do Estado de São Paulo se reserva os direitos autorais dos trabalhos produzidos, cuja reprodução, não obstante, poderá ser autorizada desde que citada a fonte.

Esse trabalho não retrata, necessariamente, a posição da Fecomercio sobre o tema apresentado.

APRESENTAÇÃO

Esta é a quarta e última edição do seminário *Inserindo o Brasil no Mundo*, realizado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP) e seu Conselho de Relações Internacionais, com o apoio da Ordem dos Economistas do Brasil. O Conselho tem como presidente de honra o embaixador Rubens Ricupero.

A série *Inserindo...*, que complementa do ponto de vista da inserção externa o projeto *Simplificando o Brasil*, tem por objetivo analisar as causas que levaram nosso País a ocupar um acanhado lugar no cenário internacional, muito aquém de suas necessidades e de seu potencial econômico. Trata-se de reposicionar o Brasil no processo de globalização, a partir das possíveis alternativas que permitam ao País tomar à frente, e não permanecer a reboque, das grandes transformações mundiais.

Este último evento, ocorrido em 30 de novembro de 2006, discutiu o tema **“Unilateralismo, Bilateralismo, Regionalismo, Multilateralismo – que instrumentos nos convêm?”** Participaram da Mesa Diretora, além do economista Mário Marconini (coordenador dos trabalhos), José Augusto Guilhon Albuquerque, pró-reitor de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Universidade São Marcos e ex-professor titular de Relações Internacionais da USP, Marcos Sawaya Jank, presidente ICONE Brasil - Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais e Maria Silvia Portella de Castro, assessora da Secretaria de Relações Internacionais da CUT. O economista Mário Marconini é o presidente-executivo do Conselho de Relações Internacionais e do grupo de estudos Diálogo Serviços, da Fecomercio.

Nas páginas que seguem, esta edição dos Cadernos Fecomercio de Economia reproduz o estudo “Objetivos para a política externa brasileira face aos desafios de uma ordem mundial globalizada”, texto que orientou a discussão, de autoria de José Augusto Guilhon Albuquerque, além de um resumos dos debates travados na ocasião.

ABRAM SZAJMAN
Presidente da Fecomercio SP e dos
conselhos-regionais dos serviços Social do
Comércio (SESC) e de Aprendizagem
Nacional do Comércio (Senac)

Mário Marconini

Cumprimentamos a todos os presentes em nome do empresário Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e do Centro do Comércio do Estado de São Paulo. Apresentamos as boas vindas às senhoras e aos senhores que atenderam ao nosso convite para o quarto e último debate do projeto “Inserindo o Brasil no Mundo” uma iniciativa da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e do seu Conselho de Relações Internacionais, com o apoio da Ordem dos Economistas do Brasil. O Conselho de Relações Internacionais da Fecomercio tem como presidente de honra o jurista e diplomata brasileiro embaixador Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda durante o período de implantação do Plano Real: ex-secretário geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comercio e Desenvolvimento (Unctad) da ONU. O embaixador Rubens Ricupero, que sempre desenvolveu proeminente atividade de economista, atualmente é diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado e presidente do Instituto Fernand Braudel, que trata de temas ligados à violência no mundo. O presidente executivo deste Conselho é Mário Marconini, economista, que preside ainda a Manatt Jones Marconini Global Strategies, empresa de consultoria estratégica internacional afiliada à Manatt Jones Global Strategies de Washington D.C.. Coordena ainda o grupo de altos estudos da Fecomercio, Diálogo e Serviços, uma coalizão do setor de serviços.

O tema deste último debate de “Inserindo o Brasil no Mundo” será “Unilateralismo, Bilateralismo, Regionalismo, Multilateralismo – Que Instrumentos nos Convêm?”. Neste debate serão analisados os diferentes modelos de acordos internacionais que norteiam as relações econômicas do Brasil com os demais parceiros, buscando as melhores alternativas para a preservação dos interesses nacionais em razão do aumento da competitividade entre países. Agradecendo a presença das senhoras e senhores, lembramos que no final dos trabalhos será servido um almoço para o qual estão todos convidados. Lembramos ainda que, além do material já recebido, será entregue às senhoras e aos senhores, no final desta reunião, um **Mapa Mundi** oferecido pela Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga (Anut), parceira da Fecomercio nas atividades relacionadas com as comemorações alusivas à “Abertura dos Portos – 200 Anos de História”, que iniciaremos em novembro de 2007, cujo curador, pelo lado brasileiro, é o embaixador Rubens Ricupero e, pelo lado de Portugal, o prof. Valente de Oliveira. A Anut é presidida pelo ilustre homem público Dr. Paulo Protásio Passaremos agora a nomear os componentes da mesa que irão participar dos trabalhos desta manhã. O nosso presidente efetivo, Dr. Abram Szajman, infelizmente, por razões de força maior, não poderá estar conosco nesta etapa, mas está muito bem representado pelo nosso querido primeiro vice-presidente, empresário Euclides Carli, aqui ao nosso lado. O embaixador Rubens Ricupero, que chegará daqui a instantes, como já disse é presidente de honra do Conselho de Relações Internacionais da Fecomercio, ex-ministro da Fazenda, ex-secretário geral da Unctad e atual diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado. Nesta manhã ele será o nosso palestrante de honra. E ainda: o economista Mário Marconini, presidente executivo do Conselho de Relações Internacionais da Fecomercio; o prof. José Augusto Guilhon de Albuquerque, professor titular aposentado da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, pesquisador sênior do Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais da USP (Nupre) e pró reitor de pós-graduação, pesquisa e extensão da Universidade São Marcos; a Sra.

Maria Sílvia Portella de Castro, assessora da Secretaria de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT); o prof. Marcos Sawaya Jank, livre docente pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo, situada em Piracicaba, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP e presidente do Ícone Brasil – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais. Muito obrigado e bom trabalho a todos. Com a palavra o nosso primeiro vice-presidente, presidente hoje em exercício, Dr. Euclides Carli.

Euclides Carli

Muito bom dia, com muita chuva. (risos) Quero agradecer a presença de todos neste quarto evento do ciclo de debates “Inserindo o Brasil no Mundo”. Aliás, o livro relativo ao evento anterior, já foi editado e está maravilhoso. Espero que todos o tenham recebido. Esse projeto complementa, do ponto de vista das relações comerciais externas, o ciclo anterior, o “Simplificando o Brasil”, que debateu propostas para a criação de um ambiente mais favorável aos negócios e aos investimentos. Ambos integram a Agenda 2007, conjunto de sugestões que será encaminhado aos governantes e parlamentares eleitos nas eleições de 2006. A iniciativa do atual ciclo é do Conselho de Relações Internacionais da Fecomercio que tem, como presidente de honra, o embaixador Rubens Ricupero e, como presidente executivo, o consultor Mário Marconini. O primeiro encontro da série foi sobre inserção externa e inovação na indústria brasileira. O segundo versou a respeito de que lugar o Brasil deve ocupar no mundo e quais aliados e parceiros escolher. No terceiro o foco recaiu sobre a reestruturação do trabalho no mundo. Hoje discutiremos o tema “Unilateralismo, Bilateralismo, Regionalismo, Multilateralismo – Que Instrumentos nos Convém?”, a partir de trabalho elaborado por José Augusto Guilhon de Albuquerque, pró reitor de pós-graduação, pesquisa e extensão da Universidade São Marcos. Com a participação dos ilustres debatedores convidados e de nosso palestrante de honra, que será o próprio embaixador Rubens Ricupero, analisaremos os objetivos da política externa brasileira diante de uma ordem mundial globalizada, uma política a ser fundamentada em uma estratégia que permita, para além de idéias e ideologias, enfrentar os desafios e ameaças concretas que se colocam à nossa frente. Para a apresentação do tema eu passo a palavra ao meu caro amigo Marconini. Muito obrigado.

Mário Marconini

Muito obrigado, Dr. Carli. Eu gostaria só de agradecer mais uma vez a presença de todos e dizer que este é o quarto e último evento dessa série, último no sentido de que esses temas que, obviamente, não vão acabar; vão continuar, pois são dinâmicos, e depois, porque pretendemos produzir uma publicação relativa ao tema de hoje, como já produzimos para os dois primeiros eventos “Inserindo o Brasil”. A publicação relativa ao terceiro encontro está saindo agora e a quarta será a que retratará o evento de hoje. Tudo isso será consolidado em um volume como este, que é o do “Simplificando o Brasil”, que foi a primeira série, realizada no primeiro semestre. É, digamos, a parte mais doméstica, com enfoque nacional, sobre os problemas do Brasil. Tanto o livro “Simplificando o Brasil” quanto o “Inserindo o Brasil” serão entregues pelo presidente Szajman ao presidente Lula, já agora, no começo do segundo mandato. A intenção – como sempre foi – é a de promover debates mas, também, de consubstanciar em documento

perene e acessível a todos os segmentos da sociedade como foram os debates, quais os resultados, para que lados apontaram as discussões, privilegiando sempre as divergências de opinião. Temos trazido à estes eventos gente que conhece muito a fundo os assuntos que aborda, mas cujas opiniões nem sempre recebem concordância unânime, até mesmo porque os temas tratados são muito complexos. Daí a importância do debate, da discordância, do confronto de opiniões — essa continua sendo a nossa intenção e a primeira coisa que gostaria de comentar.

Sobre a própria inserção do Brasil temos comentado coisas muito interessantes, pois é óbvio que o Brasil tem se internacionalizado de algum tempo para cá. Mas, às vezes, temos a impressão que a internacionalização do Brasil está sendo um pouco informal, ou pouco pensada, pouco planejada. Reagimos muito a isso, talvez agimos pouco e, quando agimos, nos defrontamos com muitas questões a resolver, como fica claro no documento do prof. Guilhon. O investimento estrangeiro direto já veio. Abrimos a economia há algum tempo mas, desde então, não demos seqüência a esta abertura. Temos negociado muitos acordos, mas sem grandes resultados — inclusive, em muitos acordos, a negociação não acaba. Continuamos sendo 1% de várias coisas, por exemplo: 1% das exportações mundiais, 1% das importações mundiais, o capital que colocamos lá fora corresponde a 1% dos investimentos estrangeiros diretos.. Foi só o começo de uma internacionalização. Somos — ou queremos ser— cada vez mais protagonistas, pois não há dúvida de que o Brasil é reconhecido, no mundo inteiro, como um protagonista na área internacional. Só que várias dessas questões são importantes: até que ponto vale a pena ou faz sentido o Brasil se envolver em questões, por exemplo, como a do Oriente Médio, ou em questões que, na verdade, são mundiais e não regionais. Estamos em pleno processo de decidir até onde vão os nossos limites, os limites da política externa brasileira, como fica claro na principal contribuição de hoje, que é o paper do prof. Guilhon, a questão dos limites dos nossos recursos para exercer um certo tipo de política externa. Essa questão está muito presente e é isso que a gente vai discutir.

Um pano-de-fundo, quer dizer, um segundo objetivo com base nessa apreciação, é saber se nós temos instrumentos, se a política externa é isso mesmo, se dá para fazer dessa forma — é um pouco a questão de que instrumentos utilizar para chegar a tudo isso. Há vários instrumentos como, por exemplo, a OMC, um acordo multilateral; há o Mercosul, um arranjo regional; há acordos bilaterais e assim por diante. São várias opções. Então a nossa proposta e a de ter uma discussão em cima disso. Como foi comentado, só para lembrar, o primeiro evento foi sobre “Comércio, Investimento e Tecnologia”, com a presença do pesquisador João Alberto de Negri, do IPEA, Octávio de Barros, Luciano Coutinho e Delfim Netto; o segundo foi sobre “Modelos, Aliados ou Parceiros”, que era um pouco mais o enfoque da geopolítica x comércio internacional ou comércio exterior brasileiro, em que tivemos o prof. Antonio Jorge Rocha, o cientista político Amaury de Souza, a economista Lia Vals, da FGV do Rio, e Marco Aurélio Garcia, que três dias antes da eleição confirmou a presença e esteve aqui, falando por uma hora, detalhadamente, sobre os objetivos da política externa brasileira; o terceiro foi sobre a “Reestruturação do Trabalho”, quando recebemos Eduardo Noronha, da Universidade de São Carlos, José Pastore, da USP e Márcio Pochmann, da Unicamp. Hoje, de certa forma, esse evento tem a pretensão de concluir aquilo que foi discutido no anterior. Pretensão no sentido de falar em instrumentos, ou seja, em face do que foi discutido e considerando os

problemas nacionais, que instrumentos utilizar. Essa é a pretensão. Só que a considero muito ambiciosa, inclusive para os aqui presentes que não participaram das discussões anteriores. De certa forma, vamos reinventar a roda no debate, rebater certas coisas e chegar até onde pretendemos, sobre o tema, no dia de hoje.

De qualquer forma, o tema é muito dinâmico, e certamente vai continuar gerando novas discussões e debates. Acho que o importante é focar um pouco mais a nossa forma de agir. Dos debates anteriores ficou a percepção de que mais reagimos do que agimos, nessa área. Nós também temos a pretensão de examinar as causas, o nosso próprio comportamento na área externa (isso também fica muito claro no paper do Guilhon), avaliar os limites da nossa ação e, com isso, pensar nos instrumentos. Tenho uma série de perguntas que acho que vão surgir naturalmente — tenho aqui umas dez perguntas que são importantes. Não vou comentar isso agora, mas certamente, no debate, a gente pode voltar à elas..

Um último comentário. Todos os aqui presentes me disseram “puxa vida, essa não é bem a minha área, na verdade o meu foco é outro”. Mas a intenção é justamente essa, a de trazer pessoas que têm uma apreciação muito variada, uma linha de ação diversificada. Obviamente o prof. Guilhon, com uma vasta experiência em ciência política, em relações internacionais e em política externa, a Maria Sílvia, com uma experiência profunda em questões do Mercosul, além das questões sindicalistas propriamente ditas, e o Marcos Jank, com uma visão muito abrangente sobre a questão do multilateralismo do comércio e, ousou dizer, sobre a agricultura. Esta variedade de especializações garante uma rica diversidade para a discussão dos temas.

Peço desculpas porque atrasamos o início dos trabalhos, mas isso ocorreu graças ao pequeno dilúvio que caiu sobre algumas partes cidade de São Paulo. Gostaria de saudar o nosso colega Paulo Protásio, presidente da Associação Nacional de Usuários de Transporte de Carga (Anut), o prof. Gilson de Lima Garofalo, representante da Ordem dos Economistas do Brasil e o economista Francisco Coelho. Passo a palavra ao prof. Guilhon de Albuquerque, que apresentará o paper que iremos debater —, é um paper muito abrangente e muito interessante, cuja leitura recomendo. Por favor, professor.

José Augusto Guilhon de Albuquerque

Muito obrigado, Mário. Bom a dia a todos. Eu vou dividir essa apresentação em três partes que resumem o texto. O texto é mais elaborado, tem uma argumentação mais completa, mas, evidentemente, seria impossível apresentá-lo aqui, em toda a sua extensão. Então vai ser uma apresentação bastante compacta. São três partes que resumem a minha apresentação. Primeiro, uma parte inicial, digamos assim, metodológica. Eu quero defender a idéia de que a política externa não pode ser definida a partir de ideais, a partir de ideologias; ela tem que ser definida a partir da realidade do país e no seu contexto internacional e, para isso, ela precisa seguir alguns passos de uma metodologia rigorosa, para que a análise da realidade do país e do seu contexto internacional não seja puramente de opinião, baseada em percepções, mas baseada em metodologia rigorosa. Essa primeira parte vai ser mais ou menos breve, porque tem a parte conceitual; enfim, espero que não seja muito desagradável.

A segunda parte da exposição será uma breve panorâmica da política externa brasileira e

a sua reação às modificações no sistema de poder internacional. Houve uma mudança muito forte do sistema de poder internacional no final da década de 80. Com o fim da Guerra Fria, iniciou-se um período de transição que ainda não está completamente definido no seu sistema de poder e essas mudanças, evidentemente, têm que se refletir numa política externa que leve em conta o contexto. Não é possível que o mundo mude e a política externa de um país não mude. Então, nessa segunda parte, vou procurar mostrar como é que essas mudanças operaram entre o final dos anos 80 e os anos 90, e comparar um pouco com o que ocorre no governo Lula. Também vou ser breve nessa exposição, porque são mais de 20 anos de história da diplomacia que estão sendo considerados, por isso é preciso ser bastante sintético. E, finalmente, farei algumas propostas, algumas proposições. Com esses instrumentos de análise, vou procurar identificar o que a realidade econômica, política, doméstica, associada aos desafios do contexto internacional, exige de uma política externa. A minha tese é a de que não se trata de escolher livremente uma política externa com base em idéias, em ideologias, em ideais ou em preferências pessoais. A política externa decorre de uma necessidade de o país enfrentar um desafio externo, e aí vou fazer algumas propostas, vou fazer, na verdade, quatro propostas e posso adiantá-las, desde já. No plano sistêmico, dois objetivos principais. Um é o de que o Brasil não seja percebido como uma ameaça à ordem internacional, nem do ponto de vista militar, nem do ponto de vista político. O segundo, é o de que o Brasil não seja percebido como uma ameaça à ordem globalizada, à ordem econômica e financeira. São dois objetivos que me parecem fundamentais para que o Brasil possa sobreviver como uma nação independente. São dois objetivos, um mais regional e o outro, bilateral. O objetivo principal na região seria o de que o Brasil criasse, ou se associasse, a um eixo de países que tenham uma convergência de concepção da economia, do mundo, etc. e que são, a meu ver, o Chile, o México, o Canadá — ao contrário do eixo nacional populista ao qual parece que nós estamos atrelados, no momento. O objetivo bilateral seria o de que, em nosso continente, fossemos o principal interlocutor dos Estados Unidos. O único país do continente que pode aspirar por essa posição é o Brasil, já que o México e o Canadá não podem ser considerados como interlocutores totalmente independentes. O Brasil é o verdadeiro interlocutor, alguém que tem uma decisão independente.

Vamos, então, começar a primeira parte. Estamos partindo de uma opção de política externa. Não vamos tentar analisar ou fazer propostas a partir de concepções teóricas, a partir de ideais, a partir de visões éticas ou de visões pessoais. Partimos de uma metodologia rigorosa, que irá estabelecer quais são as variáveis que afetam as ações políticas. São variáveis que vêm da realidade que respalda essa análise e esse método, um método rigoroso, baseado em critérios acadêmicos. É determinar quais são os fatores constitutivos das ações de política externa, as ações de política externa, os conjuntos de ações que se organizam em termos de política de longo prazo, as orientações de política externa. Temos que examinar quais são as principais opções, quais são as suas limitações, quais são as alternativas e quais são, eventualmente, as ações que devem ser evitadas a qualquer custo pela política de um país. Precisamos, então, opor objetivos a critérios que sejam puramente objetivos, baseados em interesses particulares, em ideologias, em interesses pragmáticos de determinados grupos. Nós temos que partir da realidade do País e do seu contexto internacional. São quatro os fatores constitutivos das ações de política externa: os que determinam o espectro de ações que se pode tomar, quais os limites que se impõem, quais as alternativas e quais as limitações e obstáculos que tornam ações de política externa totalmente inadequadas. O primeiro constituem os desafios — toda ação de

política externa é tomada em reação a um desafio ou ameaça de natureza internacional. Essas ameaças podem ser diretas ou indiretas e são relevantes porque são percebidas como vitais para um país. Por exemplo, no Brasil, a situação doméstica da Colômbia não é percebida como ameaça relevante. Historicamente, tanto o Itamaraty quanto as Forças Armadas, assim como os diferentes governos, não têm considerado que ali, na Colômbia, existe um potencial de ameaça vital à sobrevivência do Brasil como País independente. Então, como não é percebido, não entra na política externa. É importante a gente ter a noção de que a percepção é importante. Por outro lado, o Afeganistão e o Iraque foram percebidos como ameaças vitais aos Estados Unidos, pouco importa a nossa opinião sobre isso. É a percepção que move os países e move as políticas externas das chancelarias das potências. Então é um fator de percepção. Qual é o objetivo de enfrentar ameaças ou desafios? É o de tentar superar, conter ou contornar esses obstáculos. Quando existe uma ameaça, nem todo país tem recursos de poder para extinguir essa ameaça, que pode permanecer indefinidamente. Por exemplo, o fato de existir em nosso continente uma superpotência de tendência expansionista, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político — militar, como os Estados Unidos, é uma ameaça permanente a nossa independência. Mas ela pode ficar lá, ela não precisa ser extinta, nem podemos extingui-la. Portanto, o problema da ameaça que desencadeia um processo de ação de política externa é a sua percepção e é a sua capacidade de lidar com essa ameaça. Ela pode ser extinta, se for o caso, pode ser limitada, contida, ou pode, algumas vezes, ser contornada.

O segundo fator constitutivo são os objetivos. O que são os objetivos da política externa? São a reação à ameaça. O ponto que desencadeia o processo de definição da política externa, a meu ver, é a percepção de uma ameaça, a percepção de um desafio. Diante dessa ameaça ou desafio, qual é a ação a tomar? É traçar objetivos em relação a essa ameaça. Vamos voltar à questão dos Estados Unidos, porque ela é tão controversa que provoca visões diferentes. A existência de uma potência como os Estados Unidos desde o início do século XX, no final do século XIX já era vista como uma ameaça potencial ao Brasil e, por isso, o barão do Rio Branco estabeleceu uma aliança tácita com os Estados Unidos para preservar a independência do País. Então, diante de uma ameaça, é preciso ter um objetivo. Qual é o objetivo? Manter relações cautelosas de independência com relação aos Estados Unidos, que era a doutrina do barão, mas, ao mesmo tempo, de cooperação. O que são, no fundo, os objetivos de política externa? São os resultados esperados da ação de política externa. Objetivo é o que eu espero da minha ação de política externa visando, portanto, combater ou enfrentar ameaças. O terceiro fator constitutivo são os atores da política externa. Diante de um obstáculo, diante de um desafio ou de uma ameaça, eu tenho que determinar um objetivo para a minha ação. Agora, quem vai determinar isso? Quem determina esses objetivos são os atores da política externa. E aqui não estou me referindo ao presidente da República, que tem esse dever constitucional no Brasil; não estou me referindo exclusivamente à burocracia diplomática — que no Brasil historicamente tem, de certa forma, exercido um monopólio da definição da política externa — aí se incluindo, também, diversas burocracias de Estado. Atualmente essas burocracias de Estado estão se diversificando. Antigamente a única, além do Itamaraty, era a Fazenda; hoje nós temos o Desenvolvimento, Indústria e Comércio, temos o Ministério da Agricultura — que se tornou um ator importante da política externa, e temos, enfim, as organizações da sociedade civil, o empresariado, as forças sindicais, a academia que, dentre todos, é a que tem menos influência na

definição da política externa. Então nós temos que saber quais são os atores porque, conforme os atores, poderemos saber que tipo de ações e que tipo de limite para as ações existem. Há coisas que o Itamaraty pode fazer e que a Fazenda não pode, há coisas que o Congresso pode fazer e que os empresários não podem, há coisas que os empresários podem fazer e que, às vezes, o governo não pode. E, em quarto lugar, são os recursos da política externa. Diante desse desafio eu tenho que definir o objetivo, alguns atores devem definir objetivos e esses objetivos têm que ser alcançados mediante recursos. E recursos de política externa também não se resumem à diplomacia Recursos de política externa podem ser recursos domésticos, podem ser recursos econômicos. Por exemplo, o governo Lula usou recursos financeiros mais ou menos indiscriminadamente e extensamente, como hoje está fazendo a Venezuela, para obter apoio de países amigos. Os Estados Unidos fazem isso há muito tempo, sempre fizeram. Você pode usar recursos de natureza militar, seja sob a forma de ameaça, seja sob a forma de intervenção direta — quaisquer instrumentos de natureza material ou moral que possam ter efeito na política externa.

O que é a política externa? A política externa é o conjunto de ações que são tomadas por atores específicos, domésticos e de política externa, que mobilizam recursos para enfrentar desafios ou ameaças. Política externa pode ser entendida por esses quatro fatores constitutivos: atores que determinam objetivos e mobilizam recursos para enfrentar desafios. É nessa linha de raciocínio que eu vou seguir. Eu não vou partir dos objetivos, não vou partir das idéias, não vou partir dos atores, mas vou partir das ameaças. Quais são as principais ameaças e desafios externos para a sobrevivência do Brasil como Estado independente? Se são essas as ameaças, os nossos objetivos devem ser esses e, se são esses os nossos objetivos, quais os recursos que nós precisaríamos ter para atingi-los. Essa é a minha linha de raciocínio. Um complicador a mais é o fato de que as ações de política externa, a ação dos atores e os objetivos não funcionam num ambiente totalmente homogêneo. As relações internacionais são definidas por variáveis que se agrupam de forma não—homogênea. Existem variáveis chamadas de natureza sistêmica — um conjunto de variáveis que se distinguem dos aspectos individuais, na política externa. Uma coisa é ter um Churchill como estadista de um país durante a guerra e outra coisa é ter um presidente com total desinteresse pela política externa, sem nenhuma atuação visível no cenário, como a que tinha, por exemplo, o presidente Vargas. Ele não considerava a política externa uma coisa importante, e escreve isso nas suas memórias. Apesar disso ele teve uma atuação indireta muito importante na política externa, na relação Brasil-Estados Unidos. Então são coisas completamente diferentes (para um presidente que considera isso importante), são variáveis individuais que nada têm a ver com as variáveis sistêmicas. Então, quais são elas? As variáveis sistêmicas são variáveis relativas ao sistema internacional de poder. Se o sistema internacional de poder for um sistema imperial, um sistema de hegemonia exclusiva de um país, a natureza desse sistema de poder coloca limitações e desafios totalmente diferentes do que as que teríamos se nos encontrássemos em uma situação de polarização entre duas hegemonias, ou de hegemonia polarizada, como foi o sistema da Guerra Fria. Num caso, não há alternativa, senão inclinar-se ao império hegemônico; no caso de uma polarização existem várias maneiras de sobreviver, seja se aliando a um dos blocos, seja fazendo chantagem com os dois. Existem, numa polarização, maneiras de se alinhar militarmente sem se alinhar politicamente ou economicamente. E, em uma situação como a nossa, não existe uma hegemonia exclusiva, de natureza imperial, não existe polarização e nem a terceira possibilidade, que seria um concerto

de nações mais ou menos equilibradas entre si. Nós estamos numa situação de transição em que todas essas hipóteses podem, mais ou menos, sobreviver. As alternativas se tornam muito maiores do que numa situação imperial, em uma situação polarizada. Então é importante levar em consideração as modificações no sistema internacional de poder — que são as variáveis de natureza sistêmica — quais são as principais potências, que restrições elas fazem à soberania dos Estados menores, quais as imposições de natureza econômica que daí derivam, etc. Tudo isso na variável de natureza sistêmica, que independe dos países. Nós podemos ter uma democracia poderosa, podemos ter uma diplomacia genial, mas isso não irá mudar o sistema de poder. Vou dar um exemplo rápido disso: a pretensão do governo Lula de mudar a geografia econômica do mundo, quando o Brasil participa dessa geografia econômica com menos de 1%, a situação sistêmica é tal que está além da competência e do poder de um país. Os Estados Unidos não conseguem fazer essa modificação unilateralmente e têm entre um terço e a metade da economia mundial e cerca de metade do comércio, também.

O segundo conjunto de variáveis são as variáveis que dizem respeito ao regime doméstico. São as variáveis que dizem respeito não mais a distribuição de poder no ambiente externo, mas a distribuição de poder no ambiente interno. Por quê? Porque é evidente que, quanto mais elitista, quanto mais antidemocrático for um país, mais a política externa estará fora do controle do cidadão. Então, as variáveis desse sistema de regime de poder são importantes. Até a chegada ao poder do presidente Bush, filho, a política externa americana sempre foi suprapartidária. Era uma política basicamente consensual, entre os dois grandes partidos, embora, evidentemente, cada setor tentasse atraí-la para o seu lado. Mas era bipartidária, suprapartidária, na nossa concepção. Com a entrada do governo Bush e a tentativa de um grupo hegemônico de impor o seu tipo de política externa, ela perdeu o consenso e se tornou a política de um grupo acastelado na presidência. Com o governo Bush houve uma mudança que eu considero mais do que apenas uma alteração de governo; foi verdadeira uma modificação de regime. O sistema político americano sempre se baseou em coalizões centradas — uma modificação de coalizão um pouquinho mais para o centro-direita, um pouquinho mais para o centro-esquerda, mas sempre mais ou menos centrada. Hoje existe uma coalizão fundamentalista, com um projeto hegemônico, que tem um domínio sobre a política externa e a política de defesa dos Estados Unidos. Portanto, houve uma modificação de regime, o que é importante e que altera a percepção da política externa. É evidente que a percepção do vice-presidente dos Estados Unidos, do ex-ministro da Defesa, que agora foi substituído, e do próprio presidente Bush — se é que ele tem uma visão de política externa — não é a de uma política externa consensual, suprapartidária e de Estado. Ela reflete muito mais uma mudança interna. O terceiro grupo de variáveis são as variáveis de natureza institucional. Ela é muito importante por causa da questão da percepção. A supremacia, a espécie de monopólio que o Itamaraty tem, desde o início do século XX, sobre a política externa, é uma variável de natureza institucional. É da natureza da nossa instituição diplomática, que é única no mundo, desenvolver essa capacidade de dominar inteiramente a informação, a definição, a operação da política externa — uma variável de natureza institucional. Por quê? Porque as instituições, não só as instituições ligadas ao governo, mas a academia, as organizações não governamentais, etc., disseminam uma percepção de si e do mundo, uma percepção do papel do Brasil, do lugar do Brasil no mundo, que vai influenciar os atores na definição da política externa. Então essa variável também tem que ser levada em consideração. E, finalmente, o nível individual. Eu já

dei um exemplo do nível individual. No nível individual se leva em consideração se a chegada ao poder de um presidente, ou a nomeação de um chanceler, ou a existência de uma figura que tenha um peso específico na formação da política externa, pode ter uma atuação. Por exemplo, é aceito no Brasil que o presidente Geisel teve uma função extremamente importante na definição da política externa. A meu ver, maior do que a de muitos outros presidentes; a meu ver maior do que a do Fernando Henrique. Uma coisa é a capacidade analítica do Fernando Henrique, a sua informação e a sua facilidade de contato internacional. Outra coisa é ingerência direta na política externa, com padrões muitas vezes de natureza pessoal. Essa é uma questão de opinião. Estou dando um exemplo, mas se poderia pensar em exemplos completamente diferentes. Jimmy Carter, se ele pensasse como pensa hoje na época em que era presidente, teria tido uma outra influência na política externa americana. Pessoas como Clinton, que no início do governo não apresentava nenhum interesse maior pela política externa — até mesmo porque não havia nada de fundamental na política externa americana quando ele se candidatou e quando foi eleito — ao longo do mandato foi evoluindo e se interessando pela política externa demonstrando, inclusive, uma capacidade de articulação bastante elevada. Então há questões individuais que são importantes, os indivíduos vão influenciar a percepção e os desafios, os indivíduos vão influenciar a distribuição de recursos, de objetivos, etc.

Qual é a base das ameaças que nós temos hoje no contexto internacional? Elas derivam, a meu ver, de três conjuntos de fatores que emergiram com o final da Guerra Fria. O primeiro é o que eu chamo de as bases difusas da cooperação e do conflito. Na Guerra Fria, a base de cooperação do conflito era fundamentalmente ideológica, a divisão entre dois mundos, entre duas organizações políticas, duas organizações da economia, duas visões do mundo, duas ideologias, etc. Então você cooperava em função disso ou você se conflitava em função disso. Mesmo os conflitos regionais, conflitos religiosos etc. que apareciam, para ser percebidos como conflitos, tinham que ganhar dimensão ideológica. Às vezes, problemas puramente regionais internos, peculiares a determinados países, problemas de fronteira, etc., para que pudessem ser aceitos pela comunidade internacional, como verdadeiros problemas que talvez nem existissem, só tinham expressão se agregados à Guerra Fria. Havia, então, critérios muito claros e muito rígidos para definir o que é cooperação e o que é conflito. Agora as bases são difusas, porque nós podemos ver países que cooperam militarmente e politicamente, conflitam do ponto de vista econômico comercial e podem, eventualmente, se confrontar de maneira séria, em outras áreas. Os Estados Unidos e a Europa não se entendem sob o ponto de vista militar no Iraque, mas se entendem perfeitamente sobre a questão da cooperação. Conflitam na questão do comércio e, em termos políticos, a Europa não aceita, senão com muita relutância, a liderança americana. Por isso as bases de cooperação e de conflito não são únicas, nem muito claramente delimitadas. Isso vai levar à alianças, composições de geometria variável e instável. A primeira Guerra do Golfo, começou com a participação praticamente do mundo inteiro, incluindo todos os países muçulmanos e até mesmo o Irã, do lado dos Estados Unidos. Pouco a pouco, essa participação foi se diluindo. Então um país pode, como o Japão e a Europa, se confrontar com os Estados Unidos em determinado campo, apóia-los em outras áreas e competir na área comercial. Há, hoje, muito mais liberdade de posicionamento, mas há, em compensação, muito mais risco, porque nunca se sabe quando se está cooperando ou conflitando do lado certo pois, na verdade, não existe um lado certo.

A outra questão é a indeterminação das fronteiras entre o doméstico e o político. Essa indeterminação sempre existiu, porque essa divisão entre o que é doméstico e o que é externo é uma divisão analítica. É uma visão que consideramos para poder entender melhor como funcionam as variáveis externas e as variáveis domésticas. Essa confusão sempre existiu, mas mal ou bem, os países se punham de acordo para dizer: isso aqui consideramos externo, isso aqui consideramos doméstico. Havendo uma intervenção prevalece, internacionalmente, a idéia de que há uma separação absoluta entre os interesses domésticos. Há dez anos seria inadmissível que a ONU, ou qualquer organismo internacional, desse palpite sobre questões domésticas, tais como política econômica interna, política social, política trabalhista, etc. A política trabalhista tinha um grande guarda-chuva, mas não era um guarda-chuva interventor. Hoje, a intervenção é aceita. O Brasil talvez tenha sido um dos últimos países a aceitar isso. Relutou, se opôs inteiramente sempre que políticas de direitos humanos, políticas sociais e outras fossem incluídas na agenda internacional. Mas hoje o País aceita, por exemplo, a intervenção da Corte de Direitos Humanos da OEA. Dez anos atrás isso seria totalmente impensável. O Brasil hoje considera legítimo intervir na política doméstica do Peru, do Equador, da Venezuela, da Bolívia. Isso era uma coisa que até há pouco a diplomacia brasileira rejeitava absolutamente, porque não queria abrir um precedente para a intervenção americana. Essa questão, hoje, desapareceu. O puro não intervencionismo não existe mais. Talvez eu seja uma das únicas pessoas que ainda pensa que era bom um pouco de não intervencionismo; mas, de maneira geral, nem sempre digo isso, para que não pensem que sou um homem do século passado.

O terceiro aspecto é sobre a determinação do terrorismo globalizado. Isso tem a ver com as questões transnacionais. Houve, ao final da Guerra Fria e no pós Guerra Fria, o crescimento dos processos transnacionais, dos processos que não se limitam territorialmente, nem para a sua origem, nem para o seu desenvolvimento, nem para o seu resultado. O mais conhecido e mais banalizado desses processos transnacionais é o ambiental. Qualquer processo ambiental, positivo ou negativo, pode ter origem num território, se desenvolver em outro e ter seus efeitos em um terceiro. Por exemplo, a poluição dos cursos d'água. É muito perversa, porque uns poluem e os outros recebem a poluição a vau. Esses processos são todos aqueles que independem da natureza territorial para existir e para prosperar. As organizações não governamentais são dessa espécie. Os diferentes tráficos são dessa natureza — tráfico de armas, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, todos têm essa natureza, e cresceram muito diante de países cujos instrumentos de defesa, de ordem e de governança são, basicamente, territoriais. As nossas leis são territoriais, a nossa polícia é territorial, o nosso exército é territorial. E isso generalizou desafios que os Estados nacionais têm dificuldade de conter; justamente porque são os instrumentos, eles se voltam para processos territoriais e estão diante de processos que não são territoriais. Então, criam-se barreiras, cercas, muros, tentando conter processos como o terrorismo que, por sua natureza, não é territorial e, portanto, não pode ser contido dessa maneira. Além de ser extraterritorial, transnacional e, portanto, significar um desafio para cuja contenção os Estados nacionais não têm instrumentos, o terrorismo, hoje, é globalizado e tem outra natureza. Não é mais o terrorismo nacionalista, o terrorismo de minorias, ou mesmo o terrorismo de uma guerra civil ou de uma guerra entre dois países, mas que se dá em redes. Por exemplo, os grandes atos terroristas, depois do 11 de setembro, foram organizados por cidadãos ou estrangeiros residentes, como no caso da Inglaterra, aonde as ações envolveram, basicamente, cidadãos ingleses, quando todo mundo estava certo de que a origem desse terrorismo era extraterritorial.

Isso passou a significar um duplo desafio para os quais ainda não se tem resposta. A política anti-terrorista dos Estados Unidos é muito mais militar, territorial, voltada para Estados e populações específicas, quando o desafio que se persegue não tem nenhuma dessas características. Esta é, portanto, uma situação complicada.

Acho que podemos ir um pouco adiante. Vamos para a agenda de Lula. Os anos 90 seriam muito mais uma comparação para chegarmos até lá, porque nos anos 90 houve uma modificação bastante grande da diplomacia brasileira, sobretudo nessas questões internacionais. Poderia resumir isso em duas ou três palavras. O Brasil era visto como uma ameaça universal no final dos anos 70 e nos anos 80 porque éramos devedores em política ambiental, em política social, em política de proteção aos povos. Além disso, estávamos envolvidos em uma corrida armamentista com a Argentina. Tínhamos a maior dívida externa do mundo e não queríamos negociar; durante mais de dez anos não se negociou e, do ponto de vista do comércio, o Brasil era um dos países mais protecionistas. Tivemos, ainda ao longo dos anos 80, uma ação no Gatt, a da criação de uma coalizão de veto do Brasil, da Índia e de outros países para impedir a Rodada do Uruguai e, depois, impedir que a Rodada do Uruguai incluísse algo mais do que tarifas industriais. Depois houve uma modificação nas exigências da coalizão, mas as modificações já estavam presentes no que foi negociado e a diplomacia brasileira foi obrigada a reconhecer que, para conseguir concessões de fora, tinha que fazer concessões de dentro. Então houve várias modificações. (A agenda transnacional, que era completamente fora da nossa pauta, questão ambiental até o governo Geisel e isso ainda evoluiu mesmo até o governo Sarney, nada de agenda ambiental, nada de agenda de direito dos povos, nada de agenda de direitos humanos, inclusive porque o Brasil também era devedor dos direitos humanos até o final do governo militar. Então houve uma modificação, o Brasil teve que se acomodar a isso, aceitar isso na agenda, aceitar a idéia de um objetivo de democracia, etc. O que aconteceu no governo Lula? A questão do terrorismo tem sido tratada de uma maneira extremamente ambígua — a impressão que dá é que para o Brasil essa é uma questão menor, uma questão absolutamente secundária. Por exemplo, quando a OEA ia adotar uma medida classificando como terrorista as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, o governo brasileiro não só não apoiou essa medida como o nosso chanceler declarou: “Mas como vamos dizer que é terrorista? Nós não temos uma lista de terroristas, não podemos definir o que é terrorista, então não podemos adotar essa medida”. Nós tivemos aproximações na questão do Oriente Médio, claramente a nossa posição em viagens do chanceler e do presidente foi de se aproximar de países como a Líbia, ter uma atitude discriminatória em relação a Israel e ter um apoio bastante claro em relação à autoridade palestina. Ainda em relação à questão dos direitos humanos, o Brasil sistematicamente tem apoiado, abertamente, países que são violadores contumazes e perversos destes direitos, como Cuba e China. Agora mesmo o secretário dos Direitos Humanos do governo brasileiro foi visitar a China, por exigência chinesa. Os chineses não querem respeitar os direitos humanos, mas querem ser reconhecidos como respeitadores e, mais ainda, querem obrigar os países a reconhecê-los como líderes dos direitos humanos. Por isso, a pressão. Essa visita foi anunciada por esses dias. Não sei se ela já está ocorrendo ou não, mas se ocorrer será sob a condição de que o nosso secretário de Direitos Humanos não vá falar sobre violação de direitos humanos, não aborde esse assunto — ele acha que não é produtivo abordar esse assunto.

Vou andar um pouco mais. Por que tem sido dada uma impressão de caráter errático à

política externa, diferentemente da visão do próprio governo? Nunca houve uma disparidade tão grande entre a visão do governo e a visão que têm vários setores da sociedade civil. A idéia de que ela é um sucesso absoluto vem do fato de que, no início do governo, foi muito bem-sucedida em relação ao que se esperava. Por que razão isso ocorre? Porque o governo Lula adotou três agendas distintas e muitas vezes conflitantes. A primeira foi, de certa forma, mantida, mas de maneira bastante limitada. É a nossa agenda tradicional, uma agenda de diplomacia econômica. Basicamente, o objetivo principal é manter um ambiente externo favorável ao nosso crescimento e à nossa estabilidade. A idéia de que o nosso crescimento depende muito de uma visão favorável dos nossos parceiros internacionais implica na obrigação de que qualquer margem de manobra que o País pretenda realizar venha a ser feita, obrigatoriamente, em ambiente que nos favoreça. É a mesma coisa com relação à estabilidade monetária. Se não tivéssemos construído uma visão de seriedade e de responsabilidade na área monetária ao longo dos anos 90, quando houve a crise do real, em 98, não teríamos tido a ajuda dos nossos parceiros internacionais, o que teria sido muito pior. Essa é uma agenda que permanece. Mas ela permanece de que maneira? Ela permanece em setores que são pouco relevantes hoje, no governo, para a definição da política externa, com a Fazenda, a Agricultura e o Desenvolvimento. Por quê? Primeiro, porque são dirigidos por setores estranhos ao PT, estranhos ao governo, estranhos à orientação de política externa que tem sido desenvolvida pelo Itamaraty. Segundo, porque essa é uma agenda de concessões, essa é uma agenda que tende a ser pouco popular, pois segundo ela temos que aceitar acordos regulatórios que diminuem muitas vezes a nossa margem de manobra, em que nós temos que fazer concessões tarifárias, etc. Então é uma agenda impopular, dirigida por ministros que nada têm a ver com o partido no governo — como o Banco Central e a Fazenda, ainda na sua burocracia— e que, por isso, têm pouco poder de manobra. A segunda agenda é a agenda pessoal do presidente. Todo presidente tem uma agenda internacional pessoal? Sim. Fala-se muito em diplomacia presidencial, etc. Mas não é a isso que eu estou me referindo; estou me referindo ao fato de que existiu desde o primeiro momento e existe ainda hoje uma agenda específica para projetar a imagem e a liderança do presidente no mundo. Havia uma expectativa de que era preciso criar uma plataforma a partir da qual o presidente brasileiro exercesse um grande papel de liderança mundial e isso veio pelo caráter ilusório do primeiro sucesso que o presidente fez no exterior. Fez um sucesso extraordinário, absolutamente extraordinário, em relação à mídia, em relação aos chefes de Estado e em relação ao público interno. No primeiro ano de governo, onde o governo praticamente não teve nenhuma realização, ficou paralisado, sobretudo pela reforma previdenciária, ele tinha como grande realização exatamente essa projeção externa. Então existe essa agenda. Só que essa agenda pode ou não ser compatível com a agenda permanente econômica e financeira e, também, com a terceira agenda, que é a agenda ideológica. Qual é a vantagem dessa agenda pessoal do presidente? É que ela é algo que aparentemente não tem custo e não tem limite a idéia é a de que o capital de sucesso pessoal de liderança do presidente é ilimitado e pode ser gasto ilimitadamente. A outra tem custo e é impopular. Essa é popular e não tem custo. E a terceira agenda é a agenda ideológica. O que eu estou chamando de agenda ideológica é a proposta, recorrente na nossa política externa, de reformular a economia internacional, de criar uma coalizão com países não pela sua convergência conosco em termos de valores, em termos de economia mesmo ou em termos de interesses compartilhados, mas que são percebidos ideologicamente como eventuais parceiros numa mudança das regras do jogo internacional. O nosso vice-ministro Samuel Pinheiro Guimarães, (secretário geral do Itamaraty) em uma palestra

que fez para estudantes de relações internacionais na USP, disse simplesmente o seguinte: “Todo mundo diz que o Brasil não tem muitos recursos na área internacional, mas tem; o Brasil é muito poderoso, o Brasil tem muito poder, o Brasil tem poder suficiente para mudar as regras do jogo de acordo com os nossos interesses e nós vamos fazer isso”. Essa é uma percepção do que é uma agenda ideológica: o Brasil é capaz de, junto com a Rússia, a Índia e a China mudar o jogo do poder internacional. Tudo bem, mas a Rússia não quer fazer isso. Tudo o que a Rússia quer é se entender com os Estados Unidos, deixar que os Estados Unidos continuem com a sua política de imperialismo interno, destruindo os movimentos regionais, etc. A última coisa que a China quer é se opor aos Estados Unidos. A China quer o quê? Quer o apoio dos Estados Unidos até onde for possível. E a Índia, hoje, foi reconhecida pelos Estados Unidos como uma potência mundial, uma potência nuclear mundial. Então que sentido tem mudarmos o sistema de poder do mundo com gente que não quer mudar, porque está muito satisfeito como está e tem uma visão completamente diferente da nossa? A Índia fez uma política com o mesmo objetivo nosso, que é o de ser reconhecido como potência, ser eventualmente convidado para o Conselho de Segurança, um órgão permanente da ONU, fez uma política completamente diferente e chegou lá. Então, essas três agendas podem conflitar, ou não. O que ocorre é que a probabilidade da agenda pessoal colar na agenda ideológica é muito forte, porque ela é feita pelo Planalto, que compartilha da agenda ideológica, a impressão de que quanto mais poder tiver o Lula mais a agenda ideológica vai poder passar e por outro lado essa agenda ideológica, com todas essas reuniões, todas essas viagens, reforça a agenda pessoal. Ao contrário, a possibilidade de casamento entre a agenda pessoal e a agenda permanente é muito remota. Por exemplo, a única vez em que o presidente falou sobre questão de comércio foi para dizer que era preciso uma reunião de presidentes para resolver o problema da OMC. Ora, qualquer pessoa que tenha o mínimo conhecimento do que é a OMC sabe que o presidente nunca vai resolver, em seu âmbito, problema nenhum. Então essas agendas acabam, de certa forma, se excluindo. A minha tese é de que esta agenda de política externa, acusada de ser completamente errática, completamente sem lógica, não é errática e tem três lógicas. Essas lógicas podem se sobrepor e, algumas vezes, conflitar, mas a agenda pessoal do Lula é completamente lógica, completamente racional. Pode até não dar certo, mas ela é racional.

Quais seriam, então, as propostas? Hoje, as grandes ameaças sistêmicas, consideradas do ponto de vista da comunidade de países democráticos, são a proliferação nuclear e o terrorismo. Acho que não há nenhuma dúvida de que essas são percebidas como as grandes ameaças. A diplomacia brasileira insiste em que todos os problemas têm raízes sociais profundas ou têm causas profundas. Não importa. Se as potências não percebem assim, não importa. Não adianta você morrer com a razão, é bobagem ser destruído com a razão — você tem que considerar como é que as pessoas percebem. Esse é para nós um desafio? Eu acho que é um desafio porque temos sido ambíguos na questão da proliferação nuclear; cada vez mais ambíguos. Recentemente o vice-ministro deu a entender que o Brasil teria se retirado do debate ao tratar da proliferação e, como exemplo, citou a Coreia do Norte. Isso, a meu ver, além de ser uma provocação, é de uma ambigüidade muito grande em relação à questão. A mesma coisa com relação ao terrorismo. Não temos uma posição clara sobre isso, a posição brasileira é extremamente ambígua. Sobre a questão, fiz um grande levantamento dos discursos do presidente, do Celso Amorim e, em nenhum momento, constatei a existência de uma condenação ao terrorismo. Os discursos foram feitos sempre para dizer que o terrorismo tem causas profundas e que, enquanto essas

causas profundas não forem resolvidas, não se pode combater o terrorismo. Muito bem, o crime tem causas sociais profundas, a riqueza tem causas sociais profundas, tudo tem causas profundas; o latifúndio, no Brasil, tem causas profundas. Outra grande ameaça são os choques de estabilidade. Hoje eles saíram um pouco da agenda. Houve um grande ciclo: 94, no México, 97 na Ásia,, depois na Rússia, e depois Brasil, em 98. Saíram um pouco da agenda, mas ainda estão aí. Quando acabar esse choque do petróleo, o que vai ocorrer? Então, ser visto como um país que não é sério na questão da estabilidade monetária, é um risco. Mas essa é uma ameaça que para nós, hoje, está completamente contida. Se há uma coisa que se pode creditar ao governo Lula é a de haver dado continuidade absoluta à política do governo anterior, nessa questão. Portanto, o governo está dando, o tempo todo, sinais extremamente claros de que o Brasil, nessa área, joga as regras do jogo — e vai continuar jogando as regras do jogo. Estamos, em relação a essa ameaça, absolutamente tranqüilos.

Objetivos sistêmicos. Adesão sem ambigüidade à ordem vigente. Não somos contra a ordem vigente, não somos aliados da Coréia do Norte, nem de Cuba e nem da China. Adesão sem ambigüidade à comunidade de nações democráticas em relação às questões dos direitos humanos, direitos civis, respeito a legislação, Estado de direito, etc. Adesão sem ambigüidade à ordem econômico-financeira e comercial, incluindo acordos regulatórios, etc. Em conseqüência disso, adesão plena à OCDE. O Brasil hesita em entrar na OCDE por razões ideológicas, numa renúncia à politização da OMC, criando continuamente choques, atritos e coalizões de veto. Do ponto de vista regional, ser reconhecido como o principal interlocutor dos Estados Unidos. Ser contra a nuclearização e a corrida armamentista na América Latina. Retirar o veto à integração econômica regional e inter-regional que existe hoje. Vamos parar por aí, na discussão a gente aprofunda mais.

Mário Marconini

Gostaria de agradecer ao professor Guilhon de Albuquerque pela excelente apresentação. Uma vez mais recomendo o paper que ele produziu. Falou dos fatores constitutivos da política externa, dos níveis de análise, das três agendas do governo Lula e fez algumas propostas bem concretas sobre para onde ele acha que a nossa política externa deveria ir. Eu gostaria de saudar o nosso querido embaixador Rubens Ricupero, dizer que é um enorme prazer e uma honra tê-lo aqui conosco, ele que é o presidente de honra do Conselho de Relações Internacionais. O embaixador Ricupero tem uma agenda bastante difícil mas, ainda assim, gostaria muito que ele escutasse o que os debatedores têm a dizer, também, Depois passaremos à sua palestra e, na seqüência, teremos um tempo para discussão. Eu gostaria de passar a palavra a Sílvia Portela. Primeiro, eu gostaria de dizer que, além de estar com a CUT, ela é presidente do Conselho Assessor Trabalhista da Aladi, que foi criado em 1995 mas até há pouco não sido ativado. Portanto, ela é a primeira presidente, não só uma mulher como presidente, mas a primeira pessoa a exercer essa função. Para provocar, vou citar uma parte do texto do Guilhon e, assim, levantar a bola para a Maria Sílvia. À página 15, ele diz assim: “Com efeito, a agenda externa do governo petista, seus objetivos e a maneira como emprega recursos externos ou domésticos para atingi-los resulta numa política externa fragmentada em pelo menos três agendas distintas (, a pessoal, a tradicional e a ideológica) que refletem a composição da coalizão governamental e do PT em detrimento dos desafios sistêmicos regionais bilaterais, originários da agenda

transnacional”. Acho que isso é muito importante, porque uma percepção muito presente nas elites das relações internacionais é a questão de saber se a política externa que vivemos agora é ou não é condizente com os instrumentos que temos a nosso dispor. Existe aí talvez uma arrogância, uma presunção ou simplesmente um erro analítico, seja sobre o lugar do Brasil no mundo ou sobre o próprio mundo. É esse o enfoque que buscamos na sua intervenção. Mas, como conhecemos a sua capacidade sobre o Mercosul, acredito que este é outro tema que gostaríamos que você abordasse. Por favor, Maria Sílvia. Seria bom que você falasse por 15 minutos, não para resolver o mundo em 15 minutos mas, ao menos, para que absorvêssemos a sua sabedoria sobre esses assuntos.

Maria Sílvia Portella de Castro

Em primeiro lugar, agradeço à Federação do Comércio e, particularmente, ao Marconini, pelo convite que me fizeram. Ele tinha me convidado para participar das discussões do grupo de serviços, no qual tenho, pessoalmente, muito interesse. Infelizmente não me foi possível participar porque as reuniões coincidiam com compromissos agendados e viagens de trabalho. Então, para mim, foi uma enorme satisfação poder estar aqui e participar do debate de hoje. O Conselho Assessor Laboral da Aladi reúne quase 40 centrais sindicais de todos os países da Aladi, que são os países da América do Sul, mais o México. Na última reunião do Conselho, quando fui reeleita presidente, o sindicalista representante do México falou: “O conselho é bastante democrático, temos até uma mulher na presidência” — é interessante ouvir esse tipo de coisa. Como assessora sindical, eu já tinha tido contato com sindicatos de outros países da América Latina várias vezes. Mas o meu contato mais íntimo e praticamente semanal sempre foi com o sindicalismo da América do Sul e, por isso, é muito interessante perceber este tipo de discussão dentro do conselho da Aladi, que está se formando — na verdade não existia; foi criado em 1995 e foi instalado só ano passado, inclusive com uma ajuda importante do representante do Brasil na Aladi, o embaixador Bernardo Pericás. Por isso, então, nós, os sindicalistas, estamos na verdade descobrindo a Aladi e ela, descobrindo o mundo do sindicato, ao qual ela nunca teve acesso. Mas é interessante perceber a diferença cultural que existe — em relação a política externa e comercial — entre os sindicatos do Mercosul e da Comunidade Andina. Obviamente, isso reflete, também, a inserção econômica e política desses países. Mas estou convencida de que isso reflete, fundamentalmente, as experiências que os sindicatos do Mercosul têm vivido e que é muito diferente daquelas dos sindicatos da Comunidade Andina. Todos aqui sabem que a Comunidade Andina tem um patrimônio retórico e institucional, em termos formais, que vai muito além do que seria o do Mercosul. Mas a interação entre sociedade e Estado no processo de negociação da Comunidade Andina é muito diferente da que se tem no Mercosul.

Eu estou dizendo isso porque acho que tem uma coisa importante nessa análise da política externa brasileira recente, a partir dos anos 90, que o Guilhon mencionou: o aparecimento de novos atores um componente muito importante na composição e na estruturação dessa política que é a participação dos sindicatos dos países do Mercosul desde o início do processo. O embaixador Ricupero sabe disso: existe um Fórum Consultivo Econômico Social no Mercosul. Quando o embaixador era ministro da Fazenda, criamos um fórum dentro do Ministério reunindo todas as áreas de negociação no Mercosul para que houvesse uma interação. Essa foi, na verdade, a base a construção do Fórum Consultivo Econômico Social. Tudo isso influenciou de forma

bastante significativa na percepção dos sindicatos. Obviamente estou falando de uma elite, ou de uma cúpula como acontece em qualquer setor que se dedica a política externa; não estou falando de uma percepção de massa,. Propiciou, também, modernização e abertura da agenda política sindical. Exemplo disso é nossa atuação na Aladi. Como coordenadora de centrais sindicais do Cone Sul represento ali, um objetivo, o de inserir o indicador de emprego na agenda econômica da Aladi, porque a Associação não trata dos temas mais amplos da integração,. Ela trata de temas vinculados ao gerenciamento do comércio e, hoje em dia, é impossível falar em gerenciamento do comércio sem incluir os seus reflexos positivos ou negativos sobre o emprego. Emprego não pode ser tratado, como no passado, como um elemento dos direitos trabalhistas. Emprego é um elemento econômico, é um indicador econômico e que hoje está tão sujeito à internacionalização da economia como qualquer outro fator da política interna doméstica. Infelizmente, não recebi o paper do Guilhon. Tenho certeza de que foi problema do meu servidor de correio eletrônico, porque tenho tido problemas. Gostaria de recebê-lo, depois. Mas ouvi com muita atenção tudo o que disse. Conheço o Guilhon já de algum tempo. Participamos de debates, ele já me convidou para algumas atividades.

Sua análise foi literalmente uma aula enquanto conceituação, metodologia e formulação teórica para a avaliação de uma política externa. Mas quando ele entra na discussão da política do governo Lula, passo à discordar, sinceramente, de quase tudo que disse,. Não só por uma questão de formação ou de ponto de vista político. Guilhon, desculpe-me a franqueza, senti mais um certo ressentimento do que uma análise fundamentada nas suas colocações.

Gostaria de retomar algumas questões que você colocou. Uma é à política externa no governo Geisel —estou plenamente de acordo com você. Acho que a política externa brasileira de hoje e a que atravessou os anos 90 têm suas bases estruturais exatamente naquele período.

Acho que a política externa pragmática — assim ela era chamada na época, inclusive em relação a África e ao Oriente — descontado o componente político e social dos direitos humanos, que você mencionou, é a mesma de hoje. Os componentes do comércio e da inserção política propriamente dita continuam presentes hoje – acho, inclusive, que o governo Lula reforçou mais esse aspecto do que o governo Fernando Henrique Cardoso. A abertura em relação ao Oriente e a África, nos anos 70, pela penetração de empresas brasileiras nessas regiões, fundamentalmente empresas de construção, entre outros setores. Não acredito que a política do governo Lula para a América do Sul, dependeu de gasto indiscriminado, como você falou. Ao contrário, se gastássemos mais, estaríamos indo melhor. Por exemplo, a ponte inaugurada recentemente na Venezuela foi construída por uma empresa brasileira, que é a Odebrecht e eu poderia lhe citar vários outros exemplos. Então, se há uma coisa que eu não vejo, é fragmentação nessa política.

Acho que ela tem alguns vieses, considera algumas questões que acho secundárias e que, se pudesse, mudaria. Mas estamos analisando a política externa em seu conjunto e, por, a considero bastante integrada em seu tripé estrutural.

Independente da percepção que tenho da visão política de Fernando Henrique, o vejo como um quadro intelectual e teórico indiscutível. Mas acho que ele atuava muito mais como

um analista acadêmico do que como um estadista, na política externa e, na verdade, o papel principal em seu governo Fernando Henrique ficou a cargo do Itamaraty.

No governo Lula, quando se nomeou o Marco Aurélio Garcia como assessor internacional, fiquei muito preocupada em saber como é que se combinariam as agendas, dele e do governo. Vamos falar a verdade, são todos atores políticos de trajetória, de história e todos bastante personalistas. O ministro Celso Amorim, Marco Aurélio, o embaixador, todos eles são pessoas que têm um ego bastante razoável, talvez compatível com a sua capacidade. Então a minha preocupação era saber como tudo se harmonizaria.

Pelo o que eu tenho percebido, existe uma divisão de trabalho bastante harmoniosa entre eles, e o carro-chefe nessa composição da política externa brasileira é o presidente Lula. Isso se deu por um processo de amadurecimento contínuo. O embaixador Celso Amorim talvez seja um dos mais poderosos ministros de Relações Exteriores que vi na História brasileira recente — isso por sua impressionante capacidade de trabalho. Enfim, acho que a agenda externa brasileira está empenhada, em primeiro lugar, na recuperação da relação sul-sul que o Brasil começou a desenvolver no período dos países não- alinhados, retomou no período Geisel e agora volta, novamente, a ela. Essa agenda considera todos os aspectos que foram mudados, modificaram nesse período. Você afirmou que a melhor coisa do governo Lula é a política econômica — e aí está mais um dos nossos pontos de divergência, pois acho que não é. Mas a continuidade da política econômica deu uma outra característica à política externa brasileira. Não é possível recuperar a relação sul-sul com base na teoria do Terceiro Mundo ou dos não- alinhados. O Brasil está bastante adaptado a essa questão. Há grande diferença entre as negociações da Rodada do Uruguai e as de hoje, na OMC, com a criação do G-20, Que criou uma diferença marcante na condução e na capacidade de polarização de uma agenda no âmbito da Organização. Você diz que nos anos 90 o Brasil foi obrigado a reconhecer que tinha que fazer uma abertura, que tinha que ceder. Um dos grandes problemas da Rodada Uruguai foi exatamente o Brasil, assim como outros países em desenvolvimento, foi levado a fazer concessões extremamente grandes e praticamente unilaterais. Acredito que um país só deve fazer concessão a partir do momento em que receber alguma coisa em troca.

O período de abertura no Brasil começou no governo Sarney, continuou no governo Collor e se consolidou no governo seguinte. Foi um período, principalmente até 1994, em que o Brasil fez concessões unilaterais extremas. Se isso foi feito para recompor um período perdido, ou recuperar um atraso, não importa, pois existem “n” razões para se analisar. Agora, essa abertura teve, analisada sob o impacto trazido para o mercado de trabalho, das condições em que foram feitas as concessões e do que foi recebido em troca, não tenho dúvida de que a abertura foi negativa, pois calcada em concessões unilaterais.

Então a política externa brasileira está tentando conjugar, com defeitos e virtudes, uma política de constituição de um pólo ou de multilateralização não só com os Estados Unidos mas, também, em relação a Europa, com independência e o reconhecimento das diferenças mútuas. Acho que a negociação Mercosul e União Européia deixa bastante claro isso — ela é mais de aliança política em determinadas questões. No caso da Guerra do Iraque, por exemplo, a posição do governo brasileiro foi bastante clara, de alinhamento com a posição européia. E, na América do Sul, o Brasil recuperou a vontade de constituir-se liderança regional..

Temos algumas dificuldades. Em primeiro lugar, – e isso você menciona na sua apresentação – é a de o Brasil se colocar como o interlocutor principal dos Estados Unidos. É um objetivo importante. Não o colocaria jamais como principal, como você colocou. O Brasil já faz esse papel hoje e ele tem sido fundamental na intermediação da relação dos Estados Unidos e Venezuela, Estados Unidos e Cuba. A solicitação de intermediação não partiu dos países menores, partiu exatamente do reconhecimento, por parte dos Estados Unidos, do papel político do Brasil junto a estes países. Uma grande dificuldade para o Brasil se consolidar como liderança no continente é a definição de quase atrativos oferecer aos seus vizinhos. O grande atrativo que ele teria a oferecer seria seu imenso mercado de consumo. O problema é que para poder oferecer isso terá que fazer um processo de redistribuição de renda e de integração do mercado interno brasileiro, o que até agora não foi feito. Outra grande atração seria a capacidade de gerar investimentos ou de levar investimentos para esses países. Isso explica todo o esforço que vem desenvolvendo junto à Comunidade Sul-Americana de Nações, como seriam interessantes os investimentos em infra-estrutura, ainda que seja obrigado a deixar fora da discussão a questão comercial. Do ponto de vista político, uma associação como essa não se sustentará, mas o interesse brasileiro está, realmente, calcado na infra-estrutura.

Temos, ainda, outras dificuldades. Você fez uma avaliação das Américas, colocando como exemplo o Brasil, Chile, Canadá, México. Canadá e México não cabem, pois fazem parte de um bloco americano.. Vamos falar, então, da América do Sul,, Onde está se colocando, hoje, uma polarização – mais política do que efetivamente geográfica, econômica, entre o Chile e a Colômbia, pelo alinhamento Pacífico e pelo alinhamento Atlântico. O primeiro, mais vinculado à uma política de livre comércio com os Estados Unidos e o outro, com o que você de nacional populismo.

Há uma grande diferença entre o, Lula, Chávez, Kirshner, Tabare Vasquez, Evo Morales e, historicamente, são existem com tradição de política externa na América do Sul :o Brasil e o Chile. São duas vertentes bastante diferentes de política externa. O governo chileno, desde a redemocratização do país, tem uma visão muito clara de política externa e o governo brasileiro continua a ter percepção e estratégia de política externa, concorde-se ou não com ela. Os nossos parceiros sul-americanos têm uma política muito mais voltada para as suas questões internas, domésticas. A disputa entre Uruguai e Argentina, uma coisa absurda, está muito mais pautada pelo personalismo de dois presidentes e pelos interesses internos, domésticos, do que pela política do Mercosul.

A mesma coisa nós podemos falar do governo Chávez e acho, inclusive, que o governo Lula tem sabido tratar de forma bastante inteligente com a Venezuela, mantendo uma relação de aliança e de apoio, mas absolutamente independente e sem atrelamento à sua política. Basta ver como foi o tratamento dispensado ao grupo de amigos nas negociações do Mercosul na época em que houve a tentativa de golpe na Venezuela. A atitude do governo Lula em relação à Bolívia, no recente conflito, foi fundamental para desarmar a possibilidade de exploração política, ao contrário do ocorreu entre Argentina e Uruguai.

Não farei da apologia a antítese do discurso. Somos vulneráveis, mas nunca se investiu tanto

em um processo de integração regional como nos últimos anos. Participo há um bom tempo das discussões no Mercosul, acompanho as negociações de perto e sinto que, em determinadas áreas, não se avançou, ao contrário, retrocedeu-se. Então fica complicado entender como é que com tanto empenho político e investimento o Mercosul não tenha avançado. Recuso-me a dizer que a culpa é dos nossos vizinhos. Acho que em parte é; mas também entendo que deve ficar mais claro qual é a estratégia brasileira. A minha percepção, ao contrário da sua, não é a de que o Itamaraty domina todo o espaço, embora ele tradicionalmente tente manter esse controle. Mas determinadas políticas brasileiras não têm sido levadas avante por restrições do Ministério da Indústria, do Ministério da Agricultura e, fundamentalmente, da Fazenda, tanto no período Palocci quanto Mantega, porque tanto o primeiro quanto o segundo são petistas. O grosso do Ministério da Fazenda não é do PT. Então essas restrições têm sido complicadas. Por exemplo, a própria constituição do Fundo de Convergência, o Fosfem, no Mercosul. Para que o Ministério da Fazenda aceitasse que o Brasil lhe desse uma contribuição de 75 milhões, foi necessário um processo que levou mais de um ano e só saiu, mesmo, porque o presidente Lula interferiu. Você vê a discussão da aftosa. Cada vez que tem uma crise de aftosa, no Brasil ou na Argentina, há uma disputa para saber quem é que vai ocupar o lugar do outro no mercado externo – nunca a proposta de fazer uma cooperação para livrar toda a região da aftosa. Na discussão dos fóruns de competitividade da indústria ou a negociação do acordo bilateral Brasil - Argentina para introduzir um tipo de salvaguarda, etc. as restrições do Ministério do Desenvolvimento foram muito grandes. Por isso o Brasil precisa ter mais claro como quer fazer a abertura do seu mercado e como quer exercer uma política mais ofensiva, mesmo que mantendo alguns resquícios protecionistas muito fortes.

Você falou uma série de coisas sobre o Samuel (Samuel Pinheiro Guimarães, secretário geral do Itamaraty). É um excelente profissional, um excelente intelectual. Mas não concordo com a condução que ele dá a alguns assuntos como, por exemplo, a forma de negociar com a Argentina. A agenda bilateral com a Argentina é uma agenda macroeconômica importante, não pode ser feita à base de concessões miúdas e constantes; deve ser feita à base de uma barganha concreta. Isso está faltando e traz problemas políticos para dentro do Mercosul. Permitiu, inclusive, que o Uruguai e o Paraguai politizassem exageradamente uma discussão dentro do Mercosul, com reflexos prejudiciais para a consolidação política do mercado comum.

Para encerrar gostaria de ressaltar duas atitudes importantes tomadas pelo Brasil – o reconhecimento das assimetrias dentro do Mercosul e o esforço para melhorar as políticas de investimento e de apoio ao Uruguai e ao Paraguai. Espero que isso vá adiante porque, efetivamente, contribuirá para a consolidação política do Mercosul. Agradeço ao honroso convite que recebi da Fecomercio e, mais uma vez, dou os parabéns ao Guilhon pela palestra. Obrigada.

Mário Marconini

Agradeço muito à Maria Sílvia, que trouxe à discussão toda a questão da América do Sul. Ela comentou que nunca se investiu tanto na integração, um ponto importante, Mas, ao mesmo tempo, disse que para o Brasil oferecer um mercado de consumo aos seus parceiros da América do Sul, precisa integrar o seu próprio mercado, ou seja, a visão de que os problemas aqui são grandes o suficiente para que possamos pensar num livre comércio mais abrangente.

O Marcos Jank dispensa quaisquer apresentações. Considero importante que todos saibam que o G-20 talvez não tivesse funcionado da forma como funcionou e colhido tanto sucesso não fossem as análises que são feitas no Ícone, aqui na Marginal de Pinheiros. São, de fato, análises profundas e que têm embasado toda a posição brasileira em agricultura e ajudado o G-20 a manter esse poder todo nas negociações. Mas antes de passar a palavra ao Marcos gostaria de ler, para ele, uma coisinha que foi escrita pelo Guilhon: “Sendo o Brasil um dos países que mais recorreu ao sistema de solução de controvérsias da OMC e um dos que mais se beneficiaram com vitórias contra parceiros de grande porte como a União Européia e os Estados Unidos, o governo brasileiro tem contestado simultaneamente os fins, ou seja, abertura recíproca e equanimidade das obrigações, e os meios, transparência e implementação da instituição, o Brasil contesta onde obtém sucesso e se engaja onde não consegue avançar”. Com essa bola levantada, eu passo para o Márcio Jank.

Marcos Sawaya Jank

Agradeço à Fecomercio e ao Mário pelo convite. Eu vou me concentrar mais nos temas de política comercial, porque não sou especialista em política externa e, por outro lado, acho que tem muita coisa para falar da política comercial do governo Lula, do Brasil e a pergunta que foi feita aqui: unilateralismo, bilateralismo, regionalismo ou multilateralismo. A primeira grande dúvida é se política comercial é parte da política externa ou da política econômica. Eu acho que ela é parte das duas. No mundo inteiro ela costuma ter essas duas áreas. Por um lado, política comercial tem a ver com comércio em si, é uma das áreas importantes da macroeconomia, junto com a política monetária, a política fiscal e a política cambial, porque afeta as tarifas, as cotas, a discriminação tarifária, a discriminação nas fronteiras, afeta o comércio. Por outro lado, ela tem a ver também com todo o resto da política externa e eu acho que a gente tem que começar a raciocinar a partir daí. Em que sentido? O primeiro ponto é o de que no Brasil a política comercial tem sido mais política do que comercial. É por isso que é importante estar aqui hoje numa Federação de Comércio para analisar a política comercial. Quais são os resultados concretos que se obteve nos últimos anos da política comercial, em termos de comércio, ? Teve um período de intensa política comercial, quando da abertura unilateral da economia. Goste-se ou não, isso impactou profundamente a economia brasileira. Teve um outro período importante, o final da Rodada Uruguaí e depois, um terceiro período, quando da implementação do Mercosul, na sua primeira fase. De 1985 a 1995 houve política comercial efetiva em todas as frentes — multilateral, sub-regional e unilateral. De lá para cá ocorreu muito pouca coisa, essa é a verdade. Nós não temos mais unilateralismo, não temos nenhum sub-regionalismo funcionando direito. O multilateralismo está travado, nesse momento, e o bilateralismo é extremamente capenga, para dizer o mínimo. Então acredito que temos que pensar seriamente na questão inserção, que ao contrário da política econômica e do comércio, não têm que ser ampla. Política externa você tem que fazer com todo o mundo — com Cuba, com a Coreia, com todos os países. Comércio você tem que fazer, se possível, com todo o mundo se bem que a gente só consegue fazer comércio com o mundo todo na área do agronegócio e dos minerais; na área dos produtos industriais a gente é basicamente regional, só é global em commodities. Mas o comércio, se possível, seria bom fazer com o mundo todo, como faz a Ásia. Aliás, a nova geografia comercial existe e ela é caracterizada, hoje pela profunda inserção comercial do Leste da Ásia, em grande parceria com países ricos. Ela é essencialmente norte-sul, e nela somos

marginais, como foi muito bem dito pelo Guilhaon. Acho que devemos fazer comércio com o mundo inteiro. Agora, política comercial tem a ver com discriminação, imposta e recebida, em maior ou menor dependendo da habilidade política desenvolvida. Isso se faz através de acordo comercial, então mede-se a política comercial quando o acordo comercial é implementado e, nesse sentido, de 1995 para a frente não tem nada, absolutamente nada para ser comemorado, com a exceção de pequenos acordos que ainda não se implementaram. E há o retrocesso no Mercosul, não há a menor dúvida disso. Acho que aqui há consenso sobre esse assunto. Política comercial tem que ter foco e coordenação e, de dez anos para cá, aconteceu pouca coisa, tanto no governo Fernando Henrique, quanto no governo Lula.

Quais são as nossas opções? Primeiro, precisamos lembrar que o Brasil comercializa pouco, é 1% do comércio mundial; nosso grau de abertura é baixo, representa 25%, 30% do PIB, muito menor que vizinhos nossos e países da Ásia, e o problema é que a gente está atrasado no processo da integração. Alguns dados: hoje o Brasil tem sete acordos comerciais com 11 países e esses acordos cobrem 17% do nosso comércio. O Chile fez 16 acordos com 52 países, que cobrem 80% do comércio do Chile. O México fez 13 acordos com 46 países, que cobrem 88% do comércio do México. E os Estados Unidos fizeram 12 acordos com 18 países, cobrindo 38% do seu comércio. Existe hoje uma corrida por acordos comerciais, que envolvem vizinhos nossos, que envolvem os Estados Unidos, que envolvem a União Européia, que anunciou recentemente que agora vai buscar acordos com a Ásia e já está se mobilizando nesse sentido, e a gente não pode ficar para trás. Então, para responder objetivamente essa pergunta que foi feita pelo Mário, unilateralismo, multilateralismo, regionalismo ou bilateralismo, vamos aos fatos. Unilateralismo de fato ocorre nesse país nos anos 90, quando se abriu a economia de forma unilateral. Não fomos os únicos, fizemos o que o mundo inteiro fez naquela época — todos os países em desenvolvimento abriram suas economias nos anos 80 e 90. O último a abrir foi a China, quase seis anos depois da gente. A Índia se abriu e está se abrindo cada vez mais. Os países latino-americanos se abriram. Quem não se abriu ainda hoje? Basicamente Coréia do Norte, pouquíssimos países que eu nem sei nomear. O mundo inteiro se abriu, os países ricos se abriram, lá atrás, os países pobres se abriram agora, as tarifas caíram de forma espetacular e essa é uma das razões para que o comércio tenha crescido tanto nos últimos anos. Mas isso já não ocorre mais hoje, unilateralismo hoje não é prática de ninguém, todo mundo hoje está no mundo mercantilista dos acordos. A pergunta é que tipo de acordo a gente deve buscar, porque acordo hoje tem várias opções. O multilateral é o melhor de todos. Acho que nenhum economista sério vai dizer que é melhor fazer um acordo com o Paquistão ou com o Marrocos, como está na agenda da nossa política comercial, em vez de fazer um acordo com 150 países da OMC. É óbvio que é melhor, mas é complicado. Por quê? Porque existem novas geometrias variáveis, que não são sul-sul ou norte-sul, não tem nada a ver com o fim da era colonial. São geometrias que envolvem interesses — colocados pelo Guilhaon com muita precisão — da Índia com Estados Unidos, da China, agora da Rússia, do G-20, e é complicado. Eu vivo o G-20 há três anos como pouca gente o vive nesse país. Fazemos simulações diárias sobre esse assunto, com cinco pesquisadores trabalhando só nisso, o tempo todo. O G-20 é um verdadeiro saco de gatos que funcionou perfeitamente bem, foi uma contraposição ao papel defensivo da Europa e dos Estados Unidos em relação à Cancún. Continua de pé, mas são interesses opostos. Em agricultura não dá para dizer que Brasil, Índia e China vão ter a mesma posição — nós somos essencialmente exportadores, temos muito a ganhar com a queda do protecionismo. Nossos

grandes mercados futuros são os nossos parceiros do G-20. Mas é um bloco que funcionou no que se refere a alguns itens da agenda agrícola e, graças a ele, conseguimos melhorar o nível da negociação. Há contradições internas, mas o G 20 vai avançar lentamente,. Não vai fechar esse ano, não há condições políticas para isso, nem na Europa, nem nos Estados Unidos, nem na Índia, nem na China. Um dia fecha, mas não vai resolver todos os nossos problemas —vai resolver apenas parte deles. Espero que resolva o problema dos subsídios agrícolas, tema que só se resolve na OMC, não vai se resolver por outra via. Os acordos sub-regionais que foram tão famosos, União Européia foi talvez o primeiro deles, depois Nafta, depois Mercosul, CAN, etc. estão indo mal, com raras exceções. A União Européia também tem hoje os seus problemas, mas avançou mais que os outros, os outros não avançam mais. O próprio México quis aprofundar o Nafta e não consegue.

A CAN (Comunidade Andina de Nações) está hoje fragmentada pela saída da Venezuela, que tinha visões diferentes em relação a ela. Talvez o próprio Equador também tenha, agora, outra maneira de ver a Comunidade. O Mercosul também está fragmentado. O que está explodindo pelo mundo é o bilateralismo —em todas as direções, sem nenhum respeito a geografia; acabou a geografia. Peguem os últimos acordos, China —Chile, México —Japão, os *hubs* (centrais de distribuição)que estão sendo criados na Ásia. Existe hoje, na Ásia, uma dinâmica fabulosa de acordos comerciais que vão, na verdade, sacramentar o comércio que já existe, ao contrário do que fazem os países latino-americanos, pródigos em fazer *summits* (cúpulas)_de presidentes, reuniões para todos os lados para dizer que querem se integrar, são todos amigos, *hermanos mas*, na hora de fechar o acordo, fazer uma coisa simples como fazer o Mercosul caminhar de uma zona de livre comércio para uma união aduaneira, o que está previsto no artigo 1º do Tratado de Assunção, a gente não conseguem, pois não querem abrir mão da soberania.

Somos, na América Latina, politicamente muito pródigos; comercialmente, muito fracos. Na Ásia se dá o contrário. Politicamente os países não se entendem. China e Japão jamais irão se pegar aos abraços, mas o segundo maior *partner* da China é o Japão e vice-versa. As empresas asiáticas estão integradas e os acordos servirão para fazer o comércio andar, sob a liderança da China, sob a liderança do Japão, sob a liderança da Coreia, com a ASEAN (ASSOCIAÇÃO DE NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO), com os vários arranjos muito interessantes que estão acontecendo. Se você hoje vê o mundo explodir em acordos bilaterais —mais de 300 acordos estão sendo feitos na OMC— você não pode ficar para trás, porque cada acordo que se faz deixando-o de fora, é um imenso prejuízo em forma de desvio de comércio, de investimento e de emprego, tudo junto. Você não vai conseguir exportar para os países que fizeram acordo, porque eles vão criar preferências, como está acontecendo.

Quase não vim a este evento porque teria uma reunião com o setor de carnes para discutir a entrada de Bulgária e Romênia na União Européia Vão deixar de ser grandes compradores de carne do Brasil porque, por força de acordo, terão que comprar carne dos países europeus. Vamos ser desviados, mesmo sendo os melhores do mundo nessa área. Isso vai acontecendo, só que vai acontecendo aos poucos. Mas isso vai pegar os nossos filhos lá na frente, se a gente não fizer acordo hoje. Esse é o problema da política comercial brasileira. A gente pára, hoje; acha que o mundo está esperando o Brasil — o mundo não está esperando e a futura geração vai pagar caro porque ficamos de fora. Não podemos parar, Temos que fazer acordos,

temos que avaliar o desvio de comércio, investimentos e empregos O mundo não é formado por amigos e inimigos, é feito de interesses comerciais e precisamos, obviamente, estar presentes e atuantes no cenário.

Qual é a melhor opção brasileira de acordos, bilaterais ou regionais? É só olhar os números. Não é nem sul-sul, nem norte-sul. A melhor opção brasileira é oeste, império ocidental. Onde está o comércio mais sofisticado do Brasil; para onde a gente exporta a maior parte das linhas tarifárias; quem compra o grosso dos produtos brasileiros? América Latina, Estados Unidos e Canadá. Vejam como o comércio com esses países melhorou nos últimos dez anos..... Para onde vão os aviões brasileiros, para onde vão os celulares brasileiros, para onde vão os automóveis brasileiros? Vão, principalmente, para o hemisfério ocidental. É nessa área que a gente tem que se concentrar e eu concordo com o Guilhon quando ele diz que a nossa visão tem que ser pragmática. Temos que acompanhar o movimento para o México, para o Chile, para os países importantes, tentando estabelecer com eles acordos efetivamente comerciais. E, evidentemente, com os Estados Unidos.

Saímos de um déficit de quatro bilhões de dólares com os países americanos em 1996 para um superávit de mais de 25 bilhões de dólares no ano passado e, nas três Américas, detemos 87% do comércio com produtos diferenciados de alta tecnologia. É claro quem exporta *commodities* gostaria de fazer acordo com a China.

Se eu fosse defender as *commodities*, diria: não é hemisfério ocidental, é China. Só que sei, pragmaticamente, que não existe possibilidade de um acordo comercial Brasil-China, porque a China não vai abrir a sua agricultura nem o Brasil abrirá a sua indústria. Então, é uma conversa que não vai para a frente. O governo tentou fazer uma relação estratégica avançar para um acordo comercial e teve a oposição da agricultura chinesa e da indústria paulista. Não dá para você fazer China a curto prazo; o que dá para fazer a curto prazo é melhorar, em todos os sentidos, a integração nas Américas, ter uma relação estratégica mais avançada com os Estados Unidos. Tem dez itens de cooperação estamos estudando, um seminário sobre Brasil-Estados Unidos, e observamos muita coisa que pode ser melhorada nessa relação. O mesmo vale para os países latino-americanos. Se existe um negócio chamado Comunidade Sul-Americana de Nações, precisamos fazê-la aparecer, porque até agora não a vi acontecendo. Preto no branco, preto no branco eu vejo uma América fragmentada, o grupo Atlântico, o grupo Pacífico e o Brasil, sem saber direito para que lado vai.

Mas existem eixos com visões muito diferentes do que seja a integração. O que Moralez e Chávez estão vendo como integração é bem diferente do que a Colômbia e o Chile vêem como integração. Tem países que querem fazer acordos para se abrir ainda mais, para se integrar ainda mais. Tem países que estão em pleno renascimento *cepaliano* (referência à Comissão Econômica para a América Latina, Cepal) de substituição de importações, a começar pela nossa vizinha Argentina. Ela quer substituir importação dentro de um mercado comum. Isso é uma coisa que não existe, não dá para fazer um mercado comum e, de repente, um país falar: não posso importar isso porque a minha indústria está desaparecendo. É a mesma coisa que Minas se revoltar contra São Paulo e dizer que não compra mais camisas, nem carros paulistas porque quer ter a sua indústria de camisas e carros. É o que está acontecendo hoje com o

Mercosul. Nós estamos sendo lenientes e, nesse ponto, eu concordo com a Sílvia quando ela diz que temos que olhar o futuro do bloco e não ficar barganhando caso a caso.

Estamos transformando o bloco numa barganha de balcão. Uruguai e Paraguai correm o risco de sair rapidamente; acabo de voltar do Uruguai, que está empolgadíssimo com um acordo com os Estados Unidos que nem existe, ainda. Essa briga das papeleiras é, de fato, um absurdo, que se dá com a intermediação do rei da Espanha. Que bloco é esse? Não temos tribunal de solução de controvérsias, não temos tarifa externa comum, cada vez que vamos negociar com um bloco de fora temos que acertar a posição interna de cada um. A posição interna é feita pelo mínimo denominador comum.

Todo mundo fala que a Alca não deu certo porque os americanos não iam abrir a agricultura. Eu estudei a Alca a fundo, pois trabalhava no Bid, nesse assunto. O Brasil se isolou, na Alca. Na reunião da Espanha propusemos um negócio chamado Três Trilhos, que criou o G-16 ou G-14, reunindo todo mundo — os países do Mercosul ficaram isolados na Alca. Se nós quiséssemos matar a Alca era suficiente pedir coisas que os americanos não poderiam dar. Mas não foi isso o aconteceu. Esfacelamos a Alca e abrimos a porta para os acordos bilaterais que os americanos fizeram logo na seqüência, em velocidade muito mais rápida e em profundidade. Mesmo na integração agrícola da Alca, a proposta mais avançada que chegou à mesa foi a proposta americana. A segunda melhor foi a dos centro-americanos, a terceira foi a dos andinos, a quarta foi a do Mercosul, a quinta foi a do Caribe. Por que o Mercosul foi a quarta? A Argentina dizia: açúcar não pode entrar porque para mim é sensível. O Paraguai dizia: porco não pode entrar porque para mim é sensível. E assim foi, sucessivamente. Mesmo a proposta agrícola do Mercosul que chegou à mesa, na Alca, foi muito tímida, tanto quanto a que foi levada à União Européia. E isso ocorre porque temos dificuldade em coordenar uma posição comum, no bloco. Como não se tem tarifa externa comum, à cada discussão é preciso sentar dois dias antes e discuti-la com quatro setores que têm visões opostas. Então, é extremamente complexo.

Muita gente diz: a Alca não saiu porque os americanos não iam abrir açúcar. Ora, eu trabalho com a indústria açucareira e sei que o Brasil nunca quis abrir o açúcar americano. O que o Brasil quis, e quer hoje, é abrir o mercado de etanol nos Estados Unidos—um assunto maravilhoso, tanto para a Alca quanto para a relação bilateral Brasil Estados Unidos que controlam, hoje, quase 80% da produção mundial. Existe aí, uma possibilidade de cooperação fabulosa, que poderia ser objeto de uma negociação comercial que não foi feita.

A opção mais importante para o Brasil seria o multilateralismo, justamente o lado mais positivo da política comercial dos governos Fernando Henrique 2 e Lula. Fernando Henrique 2 devido aos contenciosos do algodão e do açúcar, que foram absolutamente inovadores e o governo Lula com a história do G-20, uma construção importante, com muito foco e muita coordenação com o setor privado, —coisa nunca vista— que está por trás desse sucesso. É claro que a diplomacia foi muito competente. É claro que Celso Amorim é um grande negociador na OMC, tanto que é assim reconhecido. Mas havia uma coordenação perfeita com o setor privado.

Nas negociações bilaterais e regionais, acho os resultados muito tímidos. Pega Índia, Brasil, África do Sul, pega esses acordos novos com Marrocos, com Paquistão, Comunidade do Golfo

— mesmo com os andinos — são acordos cheios de exceções, com listas de desgravações intermináveis, uma equação que não conseguimos fechar. O Mercosul vive uma grave crise regulatória. Há problemas de identidade, não conseguimos chegar a um mercado comum, não conseguimos fazer a tarifa externa comum, não conseguimos ter um mecanismo de solução de controvérsias. A Argentina quer introduzir mecanismo de substituição de importações intrabloco, Uruguai e Paraguai falam em fazer acordo com os Estados Unidos, a Venezuela ainda é um sócio virtual e não sabemos ao que vai levar a integração. A agricultura, ouvi dizer, vai levar cerca de 15 anos para se integrar.

A Comunidade Sul-Americana das Nações até agora não funcionou. Apesar de ser uma comunidade política e existir uma idéia política ela não se concretiza e, dificilmente, vai se concretizar com a divisão ideológica que existe nas Américas. Então, no fim, temos pouca coisa sobre a mesa. Não conseguimos fechar o acordo com os latino-americanos, as relações com os Estados Unidos pararam desde matamos a Alca.

Com os europeus, vou ser muito sincero: um país como o Brasil, maior potencial do mundo em agricultura e agronegócio, fechar acordo com a Europa, é extremamente complicado. Quem fechou acordo com a Europa? Podem notar que foram exatamente os países que fizeram acordo com os Estados Unidos. O México fez acordo com os Estados Unidos e, menos de um ano depois, fechou com a União Européia; Chile, a mesma coisa — agora vai acontecer o mesmo com os centro-americanos e com os andinos. O Brasil fechar com a Europa gratuitamente é quase impossível. Vai ser um acordo pífio, porque a Europa não tem condição de nos oferecer o que queremos em agricultura, porque não tem, a não ser que o Brasil abra mão, completamente, de sua agenda ofensiva. Fechar com a Ásia, para quem exporta *commodities*, seria o paraíso. Mas o Brasil não é só um exportador de *commodities* e não acho que deva fazer um acordo por causa das *commodities*. Há algum tempo achávamos que a nossa maior ameaça era a Alca, pois o desvio de comércio com os Estados Unidos iria provocar a perda de empregos. Hoje vejo, da parte da indústria, muito mais simpatia para com a Alca, porque é para onde a gente está exportando as coisas mais sofisticadas que temos, e um temor enorme em relação à China, porque hoje ela é o nosso grande concorrente.

Imaginar que da aproximação com a China e com a Índia resultará na formação de bloco comercial é desconhecer a realidade. Não há essa possibilidade, nem a China nos oferecerá algo em agricultura. Não se esqueçam, a China ainda tem 65% de sua população na área rural, 800 milhões de chineses vivendo no campo e 500 milhões em zonas urbanas. Os chineses que vivem no campo recebem 2.400 yuan por ano, os que vivem em cidades recebem quase 10 mil yuan por ano. A China não vai abrir mão dessa enorme população rural pois, se houver uma abertura mais forte, ele migrará para a área urbana, incrementará os problemas das cidades, promoverá a favelização — tudo isso que a gente conhece aqui no Brasil. Então, uma integração com a China, será pela via multilateral. Pela via bilateral, a solução mais rápida e factível seria a integração das Américas. E eu paro por aqui. Muito obrigado.

Mário Marconini

O Marcos colocou várias coisas contundentes: acabou a geografia, o mundo não está

esperando o Brasil, o mundo não é amigos e inimigos, é de interesses, América fragmentada. Muita coisa interessante. Parabéns pelo trabalho. O ponto alto do evento, agora, é a palavra do embaixador Rubens Ricupero. Ele está com seu tempo limitado por outro compromisso, por isso, desde já agradeço a sua presença e por ele ter ouvido as intervenções anteriores., Considerei importantíssimo o senhor escutar para poder refletir sobre elas. Por favor, embaixador Ricupero.

Rubens Ricupero

Muito obrigado. Bom dia a todos. Lamento que problemas de agenda resultassem em atraso e, também que um outro compromisso superposto a este esteja me aguardando, abreviando a minha permanência aqui. Até hesito, não sei se é o caso ainda de tentar fazer a palestra. Então eu vou me limitar apenas a fazer algumas poucas considerações e a palestra terá que ficar para uma outra ocasião mais propícia. Eu não vou propriamente comentar os trabalhos e as observações que foram feitas aqui. Eu li com muita atenção o trabalho feito pelo professor Guilhon de Albuquerque e ouvi, também, os comentários que foram feitos agora. Imagino que haverá muito interesse a respeito do debate sobre essas questões, que são mais ou menos atuais, sobre o Brasil, as suas alternativas comerciais e, como foi colocado aqui pelo Mário, quais são as diversas abordagens mais recomendáveis de inserção. Mas, em vez de falar sobre isso, eu vou procurar fazer um comentário relativamente breve a respeito de como eu vejo o panorama internacional nesse momento e, à luz dessa realidade, o que se pode esperar em termos de espaço para novas iniciativas.

Desse ponto de vista, a primeira característica que se deve registrar é que quase todo o mundo ocidental está hoje num processo pouco freqüente de coincidência da saída do cenário político de líderes que até agora governaram os principais países e, portanto, de uma grande incerteza sobre o que virá como orientação de governo nesses países. É muito raro que mais ou menos ao mesmo tempo os Estados Unidos, o Reino Unido e a França mudem a condução de sua política, mudanças que vão além de personalidades, sendo, em certos casos, mudanças de geração ou de partidos que até agora dominavam a cena. Na verdade, essas mudanças não se restringem a esses três países. No Ocidente assistimos a essa transformação primeiro na Espanha, com a saída de cena do Partido Popular do primeiro-ministro Aznar, a vitória socialista. Em seguida a derrota do chanceler Schroeder, na Alemanha e a sua substituição por uma liderança que não parece ainda inteiramente consolidada. Houve, na Itália, a derrota de Berlusconi e a subida de Prodi ao poder. Recentemente, no Japão, o primeiro-ministro Koizumi retirou-se também de cena, sendo substituído. Houve a morte do Papa, que era um grande ator da política global, e até mesmo figuras que pareciam eternas, como Fidel Castro, aparentemente estão deixando a cena. Esse panorama se completa nos Estados Unidos com a derrota dos republicanos nas eleições para o Congresso a conquista da hegemonia, tanto na Câmara como no Senado, pelo Partido Democrata e a abertura, já quase que antecipada, da eleição presidencial. Portanto, isso claramente indica que nos próximos dois anos não se pode imaginar que o governo americano tome qualquer medida muito importante, de novo caráter.

Os americanos mal terão tempo para tentar administrar o desastre que criaram no Iraque e no Oriente Médio — sua prioridade absoluta, hoje, é tentar encontrar uma saída que seja a menos catastrófica possível desses desastres. Portanto, há uma grande paralisia. É muito difícil

imaginar o que vai acontecer nas eleições, quem será eleito e que tipo de política vai adotar. Obviamente, as considerações comerciais ou econômicas não são hoje importantes na agenda americana. Outro aspecto que também é preciso levar em conta nessa descrição do mundo atual é que, desde que os Estados Unidos sofreram os ataques de 11 de setembro — que o professor Guilhon muito bem salienta em seu trabalho — a prioridade americana absoluta passou a ser a segurança. Ao contrário do presidente Clinton, o atual governo nunca falou em globalização. É um governo que não se interessa por esse discurso, é um governo que, na economia, é fundamentalmente nacionalista. A saída de cena do presidente Clinton e o enfraquecimento do primeiro-ministro Blair debilitaram muito os dois grandes líderes que impulsionavam a chamada “agenda da globalização”. Essa agenda praticamente ficou órfã. Não porque tenha havido um retrocesso no domínio dos fatos, no domínio, por exemplo, da integração financeira, dos investimentos ou do comércio; mas a agenda internacional dos acordos, das propostas novas praticamente desapareceu, ela se esgotou. Portanto há, nos Estados Unidos, enorme incerteza quanto ao futuro e, o que se observa, é que os problemas que vão continuar a dominar a agenda americana são problemas político-estratégicos, segurança, não proliferação, Oriente Médio. Isso significa o que? Fortalecimento do Estado em detrimento do mercado. Tanto assim que, apesar de os Estados Unidos suportarem, hoje, dois déficits muito grandes — o externo, colossal, e o do orçamento, preocupante este é, praticamente, tema ausente do debate. Esse é um tema que quase que não freqüentou as eleições. Quando se pede recursos ao Congresso para a guerra no Iraque, os recursos são aprovados quase que de maneira automática, porque ocorre, nos Estados Unidos, aquilo que é muito conhecido em período de guerra em qualquer país. Quando há guerra, quando está em jogo a sobrevivência, o que conta é o aspecto político e estratégico. Como dizia Napoleão, a intendência segue, a economia passa a ter muito menos importância. Todos os grandes países saíram das duas últimas guerras mundiais com dívidas colossais, com déficits colossais porque, no momento em que se luta pela sobrevivência, esses aspectos passam a ter muito pouca importância. Então, hoje, há muito pouca ênfase a esses problemas e o presidente Bush, quanto a este aspecto, vai deixar ao seu sucessor uma herança maldita. Ele herdou de Clinton um país sem déficits, um país com uma grande prosperidade, sem nenhum engajamento em guerra externa, e deixa ao sucessor dois déficits muito graves e duas guerras das quais vai ser difícil sair. Todos falam no Iraque, mas o Afeganistão também vai mal e não se sabe muito bem qual vai ser o futuro do Afeganistão. O Oriente Médio está seguramente pior do que estava Nunca esteve bem, mas hoje está pior — tanto é assim que não se pode falar em uma crise do Oriente Médio. Há um cacho de crises. Há o problema do Iraque, uma coisa gravíssima, a cada dia banhos de sangue maiores, quase uma guerra civil. Há a questão do Irã e suas implicações na proliferação nuclear. Há o problema da Síria. Há o Líbano, em situação muito grave, de dissolução do governo, com tensões internas muito complicadas. E, coroando tudo isso, o problema central, que sempre foi o mais grave de todos, entre Israel e os palestinos. Então é um cacho de problemas para os quais não se encontra, facilmente, saída. Foi nessa aventura que naufragou o desejo americano de supremacia conceito que hoje em dia ninguém leva a sério, até mesmo porque os Estados Unidos estão sendo obrigados a convocar e mandar para o Iraque senhoras de 40 anos, que são da reserva, porque não têm nem mais capacidade de ampliar o seu engajamento, pois desde a Guerra do Vietnã se aboliu nos Estados Unidos o recrutamento obrigatório. Os senhores sabem que todas as Forças Armadas americanas são formadas por voluntários, por voluntários que se engajam por períodos limitados. Portanto, a margem de manobra que os Estados Unidos têm diante desses problemas colossais é muito

pequena. À luz destes fatos é fácil imaginar que haverá muito pouco apetite nos Estados Unidos para grandes desígnios, grandes iniciativas de integração e grandes acordos. E, olhando para a Inglaterra e para a França, o panorama não é muito diferente. Na Inglaterra o primeiro-ministro Blair já está de saída. Seus próprios partidários gostariam que ele saísse o quanto antes, porque quanto mais ele ficar, mais complicada será a perspectiva de os trabalhistas continuarem no poder em futuras eleições. Na França haverá eleições daqui há seis meses e hoje é rigorosamente impossível predizer quem vai ganhar. Voltei de lá no domingo. Conversei com políticos importantes, até ouvi o Sarkozy, estive presente a uma sessão em que ele falou. Nesse momento as coisas estão praticamente divididas à metade e, se ganhar a candidata socialista, ou mesmo se ganhar o Sarkozy, haverá uma mudança de geração — sai de cena o último remanescente daqueles que chegaram ao poder com o general De Gaulle e, mais tarde com Mitterrand. É uma renovação praticamente completa da cena política.

Ora, qual é a conclusão que podemos tirar deste quadro? Obviamente, a de que este não é o momento propício para pensar em grandes construções. Não é por acaso que a construção da união europeia está mais ou menos em xeque. Ela continua a se ampliar horizontalmente, porque já estava no *pipeline* a sua ampliação com a entrada da Romênia e da Bulgária. Isso vai continuar, ainda há vários outros candidatos, mas o processo não se aprofunda. As recentes eleições nos Países Baixos, que provocaram um impasse enorme na formação do novo governo holandês, confirmaram os sinais mais mórbidos da política europeia, isto é, o temor crescente da imigração, o temor crescente do aumento da participação muçulmana, de imigrantes africanos e de outros países e a atitude basicamente hostil à Constituição europeia. A Constituição europeia, desde que sofreu essa derrota nos referendos na Holanda e na França, ficou mais ou menos em banho-maria, esperando que alguma coisa acontecesse que permitisse retomá-la, mas não há indícios nesse sentido. Então esse é um panorama que não permite pensar em grandes construções — nem na construção europeia, nem no lançamento de grandes acordos. Não é à toa — e não é sem uma ligação de causa e efeito — que estamos assistindo, há algum tempo, a perda de fôlego das negociações econômicas e comerciais, um fenômeno até curioso porque, é quase um paradoxo pois vivemos o quarto ano de crescimento muito acelerado da economia. Em 2004 e 2005 tivemos anos magníficos, este ano, um pouco menos, mas não muito. Tivemos também uma expansão contínua do comércio, que em 2004 foi espetacular. Um terceiro fator é o preço dos produtos, tem havido, em geral, uma melhoria dos preços de muitos produtos primários e também, de industrializados. Esses três fatores sempre compareceram nos cursos sobre comércio exterior como sendo as três condições propícias para as negociações comerciais. Costumava-se dizer que o que favorece a conclusão, com êxito, das negociações, é a conjugação do crescimento da economia mundial, a expansão do comércio e a melhoria dos preços das mercadorias pela simples razão de que, nessas condições, todos têm algo a ganhar e é mais fácil fazer concessões. No entanto, apesar disso as negociações não andam, nem as da OMC conseguiram chegar a um resultado, nem as da Alca. Vemos problemas internos no Mercosul e no Grupo Andino, na negociação com a União Europeia. Aliás, eu não sou tão otimista como o Marcos, tenho dito isso a ele porque costuma acreditar mais nos acordos bilaterais do que me parece que a realidade permite. É verdade que eles se multiplicam, hoje são várias centenas mas, olhando de perto, os operacionais são muito poucos. Desses operacionais, boa parte são rasos, são acordos que não abrangeram grande número de produtos. Os acordos mais ambiciosos ficaram, em grande parte, pelo caminho. Os americanos, por exemplo,

tentaram fazer acordos com vários países asiáticos, mas quase todas essas negociações estão paralisadas, tanto com a Coréia do Sul como com a Tailândia, por razões que apareceriam, inevitavelmente, em uma negociação com o Brasil — a propriedade intelectual. As posturas americanas, extremamente duras em propriedade intelectual, praticamente inviabilizariam o programa brasileiro de genéricos e a política brasileira de combate à Aids. Isso é uma coisa que não se diz e seria ideal se fosse diferente, se os americanos não insistissem nisso. Que não insistissem, por exemplo, em matéria de serviços, permitindo que os grandes grupos financeiros ou de corretores possam prestar serviços sem presença comercial, à distância, no Brasil, o que provocaria, sem dúvida nenhuma, abalos muito grandes à organização do sistema financeiro brasileiro. Portanto, há dificuldades muito grandes. Não se chega a acordos não só porque não queremos, mas porque as posições americanas são muito difíceis nessas áreas. Até hoje não vi nenhum indício, nem remoto, de que os americanos estejam dispostos a abrandar a postura adotada desde os anos 80, quando se tornaram uma espécie de linha de defesa das patentes da sua indústria farmacêutica. Hoje em dia esse é um setor fundamental em qualquer negociação com os americanos. Países como o Brasil, que têm uma política de saúde que busca baratear o preço dos remédios com a fabricação dos genéricos e de diminuir os preços dos medicamentos no combate à Aids, não conseguem chegar a um acordo com eles. Isso não é fantasia; infelizmente é a realidade. Fui embaixador nos Estados Unidos e nada me daria mais alegria do que assinar um acordo, o mais amplo possível, com os americanos., Mas sei que eles são negociadores muito difíceis, não só duros mas, em muitos pontos, não são razoáveis. No caso de propriedade intelectual, não tenho a menor dúvida. No caso das concessões para que grupos financeiros possam operar à distância, sem presença comercial, longe, portanto, da fiscalização das autoridades brasileiras, também não há diálogo. Os países que assinaram acordos com os Estados Unidos recentemente — o Peru e a Colômbia, inclusive — aceitaram isso tudo e até mesmo vínculos com políticas trabalhistas e ambientais. Nem por isso estão em posição confortável, o novo Congresso democrata quer reabrir os acordos, considerando que as condições que o governo republicano obteve foram muito brandas. Portanto, que não haja ilusões. Na é apenas questão de vontade, as concessões exigidas são muito difíceis de atender e enfrentariam, certamente, resistências políticas gravíssimas no Brasil. O Brasil até hoje não aprovou no Congresso, não conseguiu nem tirar da comissão de relações exteriores da Câmara nenhum acordo bilateral de investimentos. Ora, esses acordos bilaterais de investimentos, que são contestados pela Câmara dos Deputados, são brincadeira de criança comparados ao que os americanos querem; são todos eles acordos de uma geração antiga.. O que os americanos desejam, hoje em dia, é muito ambicioso e viabilizar isso politicamente no Brasil não é fácil. Uma coisa é o que é desejável, outra coisa é o que é factível, em relação a essas questões.

Além do mais, acredito que vai ser muito difícil viabilizar essas negociações diante da incerteza que existe quanto a orientação do futuro Congresso americano. E eu termino justamente com essa consideração. Estive em Paris no sábado passado e participei de um debate com o Pascal Lamy durante a reunião da *Semaine Sociale de France*, a maior organização católica francesa dedicada a temas de desenvolvimento e de doutrina social. Ela é presidida hoje pelo Michel Candessus e ele convidou ao Pascal Lamy e a mim para debatermos essa questão dos acordos comerciais. Eu tive ocasião, portanto, de conversar longamente com o Lamy, que eu conheço há muito tempo. Depois almoçamos juntos e lhe perguntei como via as perspectivas tanto da Rodada Doha como dos demais acordos que estão sendo buscados. Ele me disse

que havia estado recentemente nos Estados Unidos, buscando, justamente, contato com os novos congressistas, mas que voltou sem ter uma indicação clara do que vai acontecer. Embora seja verdade que as eleições derrotaram muitos dos congressistas que defendiam posturas mais liberais no comércio, esse novo Congresso toma posse no ano que vem e o partido democrata não tem uma diretriz muito definida nesse momento. O partido democrata também está totalmente absorvido na definição de quem será sua candidata ou seu candidato à presidência. Obviamente, nesse momento é muito difícil para o partido se definir sobre questões como essas, que dividem muito o partido democrata por causa da base sindical que ele tem. Então Lamy voltou praticamente como tinha ido, sem nenhuma visão mais clara. Quando digo isso, não estou dizendo que as coisas vão piorar, necessariamente. A mim ele disse que sua última esperança em relação à Rodada é a de que, no ano que vem, até a primavera, em abril ou maio, haja um acordo político. Um acordo político, segundo ele mesmo me esclarece, não será propriamente o final da Rodada. Seria um acordo que permitisse desbloquear as negociações, e persuadindo o Congresso americano a autorizar a continuação. Ele me disse que, infelizmente, não tem condições nesse momento de imaginar se isso vai ocorrer ou não, devido às incertezas que existem tanto nos Estados Unidos como na França em relação às eleições. Portanto, o panorama é incerto. A primavera à que ele se refere é a primavera europeia, abril, maio, logo depois de o Congresso americano se recompor, período em que a campanha eleitoral francesa estará fervendo, véspera das eleições. Será um momento político difícil, muito delicado, que não permitirá muita clareza em relação aos fatos. Quero lembrar que para que os americanos negociem o Congresso precisa, sempre, autorizar, inclusive quando se trata de negociações bilaterais. Quando a *Trade Promotion Authority* expirar, expiram todas as autorizações já concedidas, porque englobou todos os tratados, inclusive as negociações regionais e bilaterais. Aí será necessário obter novamente uma autorização do Congresso que englobe todas as negociações ou, se isso não for possível, autorizações pontuais, sempre muito difíceis. Assisti de perto, quando era embaixador em Washington, quando o Chile tentou, logo depois do Nafta, negociar o seu acordo de livre comércio. Estive presente na assinatura do Nafta e testemunhei quando o Chile tentou em 1992, 1993, ser o primeiro a negociar e não conseguiu — ele foi obrigado a esperar muitos e muitos anos simplesmente para poder começar a negociar. Portanto, negociar com os americanos não é assim tão fácil como se pensa e as atuais regras do Congresso dos Estados Unidos em relação às autorizações e negociações bilaterais são muito restritivas. Quando se debate, como vai se debater aqui, essas perspectivas para o Brasil, é preciso levar em conta esses parâmetros —, Brasil não se move no vácuo, o Brasil vai se mover nesse mundo. Até hoje procurado, entre outros, três grandes objetivos: um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU, a conclusão, com êxito, das negociações na OMC, sobretudo na agricultura, e construção de um espaço econômico comercial na América do Sul, começando pela infra-estrutura, mas com a intenção de obter a integração econômica e comercial a partir do Mercosul. A curto prazo nenhum desses objetivos parece factível. São, evidentemente, desejáveis, mas não dependem de nós, e sim de muitos outros fatores. Por exemplo, a reforma do Conselho de Segurança da ONU foi o grande tema de 2005. Mas este momento importante passou. Pode ser que o tema volte ao debate, no futuro mas, no momento, é pouco provável que o Conselho de Segurança seja reformado, porque não há consenso sobre como ele deverá ser reformado. As negociações da OMC já analisei, por isso não vou repetir. Na América do Sul estamos observando, como bem expuseram os nossos palestrantes, as diversas tendências entre países como a Venezuela e a Argentina, de um lado, a Colômbia, o

Peru e o Chile, de outro. Considerando a provável continuação dessa incerteza por alguns anos, essa é a realidade na qual a política externa brasileira vai ter que se mover.

Muito obrigado.

Mário Marconini

Embaixador, não sabia da limitação do seu tempo; se soubesse, teria procurado adiantar a sua participação. Não sei o que continha a sua palestra original, mas ela dificilmente seria melhor do que o seu comentário.

Rubens Ricupero

Era mais sobre atualidades, comentários jornalísticos.

Mário Marconini

Perfeito. Mas eu lhe agradeço, enriqueceu demais e coube muito bem na nossa discussão. Muito obrigado. De qualquer forma, nós temos tempo apenas para umas duas perguntinhas, eu imagino que os senhores estão cansados. Por favor, o senhor tem uma pergunta?

Jorge Luís dos Santos

Sou do membro da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra. Depois de ouvir o ministro Rubens Ricupero entendo que a situação fica complicada preta e, aparentemente, não há solução. Mas ouvi o ministro Furlan dizer que quando chegou ao sua equipe conseguiu identificar mais de 300 leis que regiam as exportações e que elas foram reduzidas para oito. Não seria o caso do grupo responsável pelo “Inserindo o Brasil no Mundo” recomendar às autoridades a criação de um ministério de comércio exterior para concentrar a atividade, hoje espalhada por um monte de ministérios e com um montão de gente opinando, definindo e não decidindo nada? Não seria esse um caminho para destravar o Brasil e tirá-lo desse infeliz 1% do comércio mundial que ele representa?

Eduardo Silva (Companhia Paulista de Obras e Serviços, CPOS)

O que falta ao Brasil, hoje, são portos, estradas, ferrovias, que nos ligue com porção de outros países. É um desafio que já deveríamos ter vencido. Como não vencemos, porque não aumentar a atividade da engenharia brasileira dando-lhe projetos e obras como ela teve, em outros tempos?

Samir Keedy (Editora Aduaneiras)

Parabéns Marconini, Marcos e Guilhon porque eventos tão bons quanto estes eu vi poucos, em minha vida. Parabéns,. Não concordo com a Maria Sílvia quando ela diz que a abertura econômica foi unilateral. Ela chegou tarde, mas recebeu reciprocidade. A indústria têxtil,

a de brinquedos, que eram um lixo, quase destruídas, ficaram fortes. Olha a informática, os automóveis, aquelas carroças — no ano passado exportamos 12,5 bilhões de dólares e este ano estamos exportando 13 bilhões de dólares.

Maria Ângela Bari (Economista)

Um ponto frágil que se transforma em barreira às exportações é à imagem do País no exterior, abalada por desmandos e escândalos, alto índice de corrupção, o desrespeito aos direitos humanos e outros mais. É fundamental melhorar esta imagem para chegar ao mercado externo.

Álvaro Mortari

(Diretor da Fecomercio e da Associação Comercial de São Paulo). Vou fazer a pergunta ao Dr. Guilhon. Qual seria, hoje, a política externa do presidente Lula? Como o senhor mencionou, no começo do mandato ele teve uma grande repercussão internacional porque era um metalúrgico saindo do nada, praticamente, e se tornando presidente da República. Hoje estou notando que talvez não exista mais essa apreciação do mercado internacional, ou dos países desenvolvidos, com relação ao Lula. Tanto assim que ele está procurando países de terceiro ou quarto mundo. O senhor poderia me informar qual seria hoje a perspectiva do presidente da República, ou de sua política externa, uma vez que o Lula deixou de ser aquela “prima-donna” para se tornar uma pessoa comum, à procura de países menos desenvolvidos.

Mário Marconini

Vamos responder às perguntas. Talvez a Maria Sílvia pudesse começar, depois o Marcos e a gente termina com o Guilhon, o responsável pelo *paper* principal.

Maria Sílvia Portella de Castro

Vou procurar ser breve. Não tenho nenhuma pergunta para responder, mas quero comentar as exposições do professor Marcos e do embaixador. O embaixador Ricupero abordou de maneira importante algumas das questões que eu queria levantar. Há um ponto em que discordo da colocação do Marcos. Parece que o Brasil tem sido o *bad boy* da negociação, mas não é exatamente assim. O embaixador Ricupero explicou que medir a capacidade de fazer acordo sem analisar qual é a qualidade do acordo é uma coisa bastante complicado. Foi mencionado, aqui, o acordo entre os Estados Unidos e o Uruguai, praticamente suspenso. Quando o presidente do Uruguai começou a falar que queria autorização para negociar, a primeira reação do Brasil e Argentina seria contra? Pessoalmente acho que deveriam autorizar, porque ele não vai conseguir fazer esse acordo. A proposta uruguaia divulgada pela imprensa era de um acordo de livre comércio de outro tipo, de outra geração. Foram criados oito grupos de trabalho, foi feita uma agenda ambiciosa por parte do Uruguai, tudo isso parou porque receberam um recadinho da embaixada: não, senhor, é do Peru para baixo. A política externa norte-americana é uma política que tradicionalmente sempre foi favorável a acordos bilaterais e não multilaterais. O Marconini acompanhou toda a discussão em 1997, em Belo Horizonte. Qual foi o ponto de polarização daquela reunião? Foram dois: os prazos e o formato da negociação.

E o que estava em discussão? De um lado, o Brasil propunha que fosse multilateral; de outro, os Estados Unidos propunham que houvesse a possibilidade de fazer acordos bilaterais. O fracasso da Alca em Mar Del Plata não foi só por uma resistência ou por uma oposição dos países do Mercosul. Foi porque não houve nenhuma vontade dos Estados Unidos de avançar nas negociações, haja vista a proposta que foi apresentada na ocasião. Eu acho que o Brasil tem que fazer um esforço pela integração continental não só porque pode expandir o seu comércio — e tem, efetivamente, expandido o comércio para os países da América do Sul — mas, também, para aumentar o seu cacife político e econômico. Liderando politicamente um bloco consistente, ele estará automaticamente em nível de negociação mais ambicioso. Quando falo em explorar o terreno sul-sul, não estou dizendo que se deva renunciar aos espaços onde já existe a inserção, política que tem sido mantida de forma bastante intensa. Um dos grandes problemas da negociação do Brasil e do Mercosul com a União Européia foi a resistência da indústria automobilística brasileira e argentina. Um dos grandes obstáculos à entrada de investimentos externos no Brasil, depois da abertura da economia, foi a resistência da indústria automobilística. Então, as coisas não são bem assim, existem outros componentes.

A posição do setor financeiro brasileiro é extremamente liberal em relação a outros setores e extremamente conservadora e protecionista quando se trata de seus próprios interesses, principalmente em relação à concorrência, seja aqui no Brasil, na OMC, na União Européia, no Mercosul. Então existe uma conjunção de fatores que foram bem colocados pelo embaixador Ricupero.

O Guilhon mencionou um passivo brasileiro na questão trabalhista, e acho que ele tem toda a razão. Hoje é muito difícil, praticamente impossível, desvincular as questões do trabalho, do emprego, das condições de trabalho do comércio, exatamente pela internacionalização da economia e do mercado. Acredito que as alternativas hoje colocadas na agenda internacional não resolvem a questão — não é a implantação de uma cláusula social que trará a solução. Eu tive a oportunidade de dizer isso para o ministro Celso Amorim e se, puder, vou dizer de novo: o governo brasileiro deveria fazer um esforço para ter um processo de qualificação ou de certificação das exportações. Não é restritivo, mas você não elimina a pressão externa para implantação da cláusula social se você não tiver elementos para mostrar o combate que está sendo feito internamente. Não basta intensificar o combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, o que vem sendo feito — é preciso, também, a certificação ou qualificação nas empresas. O setor siderúrgico, por exemplo, fez um código de conduta, adotado voluntariamente pelas empresas e os sindicatos, de não aceitar fornecedores na cadeia produtiva que praticassem trabalho escravo, trabalho infantil e outras mazelas que constituíssem violação dos direitos trabalhistas. Isso foi feito fundamentalmente para ampliar o espaço do setor siderúrgico dentro do mercado americano. Isso trouxe imediatamente resultados favoráveis ao pessoal que trabalha em mineração na região norte do País. Não é dentro da siderurgia que se praticam aquelas violações — são nas pontas da cadeia produtiva de setores menos estruturados que se encontram o maior desrespeito aos direitos. Agora, esta atitude tem que refletir uma política definida pelo próprio governo brasileiro; o País não pode estar sujeito à chantagem ou à pressão de cláusulas externas. O acordo do Peru com os Estados Unidos, aqui mencionado e que, na verdade, é igual ao Nafta, ao do Chile, ao da Colômbia, permite que uma das partes — no caso, a mais forte, o governo dos Estados Unidos — possa aplicar multas pesadas contra o

parceiro por descumprimento de cláusulas das legislações trabalhista e social. Estas cláusulas constituem, efetivamente, um instrumento político de chantagem para o sócio mais forte, que pode pressionar por outras vantagens. Acredito que a questão do comércio exterior e das relações sociais e trabalhistas deve ser considerada do ponto de vista da política externa brasileira.

Muito obrigada.

Marcos Sawaya Jank

A impressão que dá é que aqui no Brasil quando a gente discute não só com visões opostas, como a da CUT, mas mesmo com quem pensa igual, é que no País há não sempre tem um monte de idiosincrasias que impedem as coisas de andar. A própria situação do Mercosul – acreditou-se tanto que quando Lula e Kirshner estivessem juntos que ele iria, finalmente, avançar, recuperando-se do retrocesso que foi Ouro Preto 1995 – não consegue deslanchar. O avanço do Mercosul seria o primeiro bom sinal de uma boa política comercial, como está previsto. Quisemos fazer um mercado comum, construir uma aliança bi-regional com a União Européia, mas não conseguimos fazer coisas simples como arbitrar diferenças, ter solução para controvérsias. Não conseguimos chegar à tarifa externa comum nem vislumbrar o que esse bloco será, lá na frente.

O grande risco do bloco, como dizia o embaixador Graça Lima, não é o seu perecimento – porque nenhum presidente tem coragem de matar o Mercosul; é a sua irrelevância. Por quê? Porque as regras são feitas ao sabor dos ventos, os países as mudam o tempo todo e não se faz mercado comum dessa forma. Acho muito fácil politizar as coisas. As pessoas raras vezes lêem os textos e analisam o que está por traz deles. Se há uma coisa fiz na vida, foi ler e analisar. Há 20 anos estudo política agrícola européia, americana, a integração da Alca – conheço todos esses textos. Quando se fala, por exemplo, da Alca, é muito fácil dizer que a posição americana de propriedade intelectual é intransigente. É lógico que é. Se eu fosse negociador americano, eu também seria intransigente em tudo o que representasse o interesse americano, intransigente como somos, hoje, na questão dos subsídios agrícolas. Os americanos ficam possessos conosco porque queremos um resultado em subsídios e isto etária atrasando a Rodada Doha,.

É assim que as coisas são. A questão é saber como se chegar ao meio-termo. O último texto da Alca, preconizava, simplesmente, transparência e *enforcement* da legislação nacional em relação à propriedade intelectual. Apenas isso, ressaltar que os países têm que fazer aquilo que a legislação nacional impõe. Concordo que os americanos estão apertando cada vez mais Apertaram o Chile e outros países andinos e vão apertar toda vez que puderem. Se eles encontram um país pequeno, nada mais lógico do que apertar e fazer o chamado *something for nothing*, quer dizer, ganhar alguma coisinha, porque não haverá nenhum impacto economia, e não dá em nada.

Mas na Alca, depois de oito anos e 540 reuniões envolvendo 34 países, o Brasil se isolou, não conseguiu converter os latinos às suas teses e, para mim, esse isolamento é imperdoável. Não estou dizendo que a Alca estava boa. Se é que teve um crítico da Alca, este fui eu, que fiquei nos Estados Unidos escrevendo artigos contra a posição americana em agricultura, defendendo

que eles cedessem mais. Mas a verdade é que nos isolamos no processo negociador da Alca e os americanos, evidentemente, se aproveitaram disso.

Conversando em *off* com certos embaixadores, sabe-se que a estratégia não deu certo, a teoria dos três trilhos não deu certo, isolando o Brasil e permitindo que a Alca evoluísse para coisa muito pior, a explosão dos acordos bilaterais. O que está acontecendo é isso: os americanos vão fazendo acordos com todo mundo, acordos cada vez mais draconianos, e nós vamos ficando de fora, não só da integração com os Estados Unidos mas da integração com os vizinhos. Os acordos que os americanos fizeram com o Chile, com o México e com os andinos são mais profundos do que os acordos da Aladi e vão erodir preferências que temos nesses mercados, fundamentais para o Brasil.

Há pouco fizemos um trabalho com a Fiesp sobre isso. Pegamos os 70 produtos mais importantes da exportação brasileira para países vizinhos e mostramos que os acordos que os americanos estão fazendo com eles é mais profundo do que os que fazem conosco e, portanto, com vantagens tarifárias que não temos. Falta uma discussão mais profunda. Propriedade intelectual é difícil? É. Dá para negociar? Dá. Serviços, dá para negociar? Dá. Qualquer acordo que a gente fizer com países grandes vai envolver serviços e tem certas coisas que seria bom abrir. Acredito que aqui vocês estejam trabalhando nessa linha. O Brasil não é só defensivo em serviços; já abriu serviços em muitas áreas e há uma possibilidade de conseguir oferecer coisas mais importantes, mas dentro de seus interesses nacionais. Em relação aos acordos de investimentos, como foi dito há pouco pelo embaixador, o Brasil nunca assinou nenhum. É um dos poucos países no mundo que não assinou nenhum dos 2.200 acordos existentes. Em contrapartida, há empresas multinacionais brasileiras sendo achacadas lá fora pela legislação local. A pergunta que devemos fazer já não é mais a mesma de antes: o que os outros farão contra os seus interesses aqui dentro, mas o que farão com os nossos interesses lá fora, quando um país nacionaliza as nossas empresas.

Mais uma vez, voltando ao que disse antes, política comercial é uma mistura de ciências políticas, direito internacional e economia internacional. Ela não pode pender só para a visão da política externa, ela tem que ter um componente de comércio, de negócios. Aí eu caio, mais uma vez, na história da Ásia. Dizer que os acordos bilaterais estão desaparecendo porque os americanos são intransigentes denuncia uma visão realmente equivocada do que eles são, hoje. Eles estão explodindo no mundo todo e os mais interessantes são os que vão ocorrer na Ásia. Não são os acordos que os americanos estão fazendo. Eles terão dificuldades para fazer devido a postura do seu novo Congresso. Na Ásia, entretanto, haverá uma explosão e os asiáticos serão parceiros importantes para nós. Não podemos ficar de fora.

Estive recentemente na Austrália e na Nova Zelândia observando os acordos que estão fazendo. São magníficos. Eles estão com uma estratégia de Ásia vista 20, 30 anos à frente. Possuem características de exportação muito parecidas com as nossas, em várias áreas, mas levam uma vantagem, saíram na frente. Então, não podemos ficar parados. Entendamos que o governo Lula tenha dificuldades com a Alca, até porque o seu antigo programa de governo se opunha à Associação — o vice-ministro escreveu, durante dez anos, artigos contra a Alca entendendo que ele não possa fazer a Alca. Mas é obrigado a fazer ao menos a América do Sul.

Fala-se que isso é prioridade. Então vamos completar a integração, inclusive com a Venezuela, com o Chile e com os outros países. Vamos concretizá-la, avançar com o próprio México, com quem mantemos um acordo que se limita quase que exclusivamente ao setor automobilístico. Façamos as coisas acontecerem.

Infelizmente, não tenho visto isso acontecer. O que eu tenho visto é uma lista que hoje envolve África do Sul e Índia, com acordos que têm 800 linhas tarifárias em 10 mil, depois vêm Cuba, Egito, Marrocos, Israel, Cooperação do Golfo e Paquistão. Esta é a lista atual dos acordos, super complicada para fechar qualquer um deles, pois alguns países não são nem membros da OMC. Precisa de uma agenda mais sofisticada de acordos bilaterais. Na parte multilateral, fizemos um bom trabalho e, realmente, concordo que nessa área temos sido vítimas da intransigência dos outros. Mas na área bilateral, na área sub-regional, que é o Mercosul, e na América do Sul, podemos fazer muito mais.

Na relação com os Estados Unidos talvez não haja mesmo espaço para um acordo de livre comércio, ainda mais com a Venezuela junto, fica literalmente impossível. Alguém chegou a falar em fazer um “cinco mais um”, — isso não existe, não tem cinco mais um com os Estados Unidos Mas há uma possibilidade enorme de estimular a cooperação,, de trabalhar em certas agendas que são convergentes, porque os Estados Unidos, é o nosso maior cliente e o maior investidor, — não podemos ignorar o nosso maior investidor que compra, inclusive, nossos produtos mais sofisticados.

Muito obrigado.

Mário Penhaveres Baptista (Diretor da FECOMERCIO e do SINCOPEÇAS)

Dizem que a China foi escolhida plataforma internacional para a indústria automobilística mundial. Todas as grandes indústrias multinacionais estão lá, todas as montadoras de veículos do mundo estão lá. Isso ameaça o Brasil. Sou do setor automobilístico, do segmento de autopeças, e estou preocupado. As peças já estão vindo da China, através das montadoras, com o custo China, não com o custo Brasil. Porém nós, os tupiniquins distribuidores, os varejistas, os comerciantes do mercado independente, pagamos o custo Brasil. A Mahle tem cinco plataformas na China, a Dana e outras tantas. A Ford cancelou os pedidos da Dana Corporation nos Estados Unidos, por quê? Por que todas as fábricas da Dana também estão na China — a Ford agora compra da China. Como é que vamos ficar?

Marcos Sawaya Jank

Respondo rapidamente isso, pois é um tema maravilhoso. O México foi muito afetado pela entrada da China e é muito claro que perdeu espaço, principalmente na área das maquinadoras. Estou cada vez mais fascinado com a Ásia. Hoje, quando vou viajar, evito os Estados Unidos e a Europa — procuro ir para os países da Ásia. Agora, em janeiro, vou passar um mês visitando sete países asiáticos. Acredito que é ali que está acontecendo a revolução do comércio mundial, para o bem ou para o mal. Tem coisas boas, como a redução de custos e de preço e tem coisas ruins — nós aqui estamos sofrendo muito, com isso. Há dez anos nos acusavam de ser o

patinhos feio do desrespeito à propriedade intelectual, do desrespeito a legislação trabalhista. Hoje, a China nos parecer anjos, nessas áreas. Caso o Brasil não faz uma reforma na legislação ele será obrigado a fazer alguma coisa contra a China no âmbito da OMC, senão ela o engole mesmo, em todos os setores que usam mão-de-obra intensiva em trabalho — restarão apenas os setores intensivos em recursos naturais, porque os chineses não têm estes recursos. É um problema sério.

Estou cada vez mais convencido de que as grandes mudanças que o senhor está aqui propondo dependem, unicamente, de nós mesmos — não dependem de Genebra, não dependem de Washington, não dependem de Bruxelas. É muito fácil dizer que a culpa é dos outros mas, na verdade, a culpa é nossa. Se não apressarmos certas reformas nos setores de trabalho intensivo, na área fiscal, etc., vamos, realmente, perder essa briga, porque a China vai sugar tudo o que soubemos fazer, durante anos, nos setores têxtil e calçadista, nas autopeças e na indústria de automóveis.

Não é para menos que as indústrias automobilísticas estão indo para a China, o grande mercado consumidor com o potencial extraordinário de dois automóveis para cada 100 habitantes. Por esta razão somos obrigados à realizar reformas internas que viabilizasse a política comercial.

Os acordos de hoje serão feitos entre China e a ASEAN. Há uma nova geografia na Ásia, que começou a tomar forma no Japão, expandiu-se para as novas economias industrializadas, para a ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) Agora entra a China fazendo acordo com a ASEAN, tornando ainda mais eficiente a produção globalizada daquela região, onde eles têm indústria globais e não indústrias nacionais. A visão asiática não é a nossa, de substituição de importações, é uma visão de promoção de exportação. Apesar possuírem enorme população, os países asiáticos não estão preocupados com os seus mercados domésticos, estão preocupados em ser competitivos globalmente. Isso constitui uma diferença fundamental em relação a visão latino-americana, de substituir importação, achar que exportar é ótimo e importar é ruim, um equívoco absoluto.

Mário Marconini

Prof. Nunes, eu realmente vou ser bonzinho, porque a gente não tem tempo. O senhor precisa anunciar alguma coisa?

Laerte S. Nunes (Consultor em Ensino e Educação)

É sobre o tema. Eu vou ser rapidinho, que nem coelho, *time is money*. Ontem foi lançado um livro exatamente sobre o tema, “Nação Comerciante – Poder e Prosperidade no Século XXI”, de Marcos Prado Troyjo. Ele é um jovem economista, diplomata e sociólogo político, vice-diretor presidente da Gazeta Mercantil e conselheiro do Centro de Integração empresa Escola (CIEE). Eu acho que é interessante ler esse livro, porque eu fiquei um pouquinho desanimado com as palavras do embaixador Ricupero. Se nós acreditarmos nele, nada faremos, seguiremos mais ou menos a linha do Lula.

Mário Marconini

Obrigado, professor. Prof. Guilhon, para encerrar.

José Augusto Guilhon de Albuquerque

Eu vou ter que ser realmente bastante conciso.

Mário Marconini

Aliás, é uma pena, mereceria muito mais tempo.

José Augusto Guilhon de Albuquerque

Não, não. É assim mesmo. Quanto à exposição da Sílvia, agradeço a maneira bastante cortês e contida como ela se colocou em relação a mim, porque as nossas visões são divergentes quanto a análise da política externa. Curiosamente, elas convergiam, estavam muito mais próximas quando o PT não estava no governo. Quando o PT sair do governo, provavelmente nossas visões vão convergir novamente, então não há problemas. Só num ponto faço um reparo. Dizer que a minha argumentação é ressentida é um argumento ad *hominem*. Em vez de eu refutar o argumento, dizer que ele está errado por isso ou por aquilo, diz-se que a pessoa está errada porque é ressentida. O que teria que ser mostrado é que a minha escolha de desafios, a minha escolha de objetivos estava errada e que a minha análise dos recursos disponíveis, também — isso sim seria refutar.

Outro ponto é saber se houve ou não concessões unilaterais. Houve uma abertura unilateral. Agora, no âmbito da OMC — a questão que a Maria Sílvia levantou— não foram concessões unilaterais. No âmbito da OMC as concessões são sempre bilaterais ou em termos de conjunto de parceiros. Em geral elas são feitas entre quem compra e quem vende. Tanto não foram unilaterais que vencemos praticamente todas as disputas em que entramos, tivemos ganhos muito importantes na questão do algodão e do açúcar. Portanto, se não tivesse havido o acordo do Gatt, nós não teríamos ganho isso. Nós temos condições ainda de ganhar no âmbito do Gatt muitas das coisas que estão sendo jogadas pelos europeus para a Rodada de Doha. Então não há essa questão. Com relação a questão da Alca, a Maria Sílvia perguntou por que eu coloquei lá veto à integração. Eu estou citando um autor: “Quando eu tomei posse no governo só se falava em Alca, Alca para cá, Alca para lá. Eu entrei no governo, a Alca parou”. Quem disse isso? O presidente Lula. Havia já um veto também no governo Fernando Henrique; era um veto mais tático, mas houve uma protelação da Alca até a última reunião, realizada em Quebec onde finalmente, o Brasil disse estar disposto a negociar. Em relação ao Marcos, assino embaixo— estou totalmente de acordo com todas as observações que ele fez. Há uma diferença entre uma análise no âmbito do comércio que eu faria, um pouco mais impressionista, e a da alguém que o faz com conhecimento, com método rigoroso, com informações. Assino embaixo, você sabe que estamos de acordo há muito tempo. Gostaria de frisar um ponto, que chamaria de opção continental. Estou de pleno acordo com você, a nossa primeira opção é a opção continental.

É aqui que nós estamos mais inseridos no comércio, mais inseridos em investimento, mais inseridos mesmo em termos regionais.

O último ponto que eu queria levantar é sobre qual deveria ser o papel do Lula, em face da estratégia de colocá-lo como grande líder mundial, cuja liderança traria vantagens para o Brasil. Acho que ela não tem uma agenda própria, uma agenda colada e subordinada à agenda nacional. Sempre fui um crítico da política externa do Fernando Henrique, inclusive em relação a Alca. Encontrei-o antes da posse, depois da Cúpula de Miami, furioso com o Itamaraty porque este não o preveniu de que havia um acordo chamado Alca. Ele não sabia do que se tratava e achava que, pelo o que tinha ouvido falar, não era uma coisa positiva para o Brasil. Estava furiosamente contra mas, ao mesmo tempo, sabia que o Itamaraty estava encarregado de protelar, de não deixar que aquela coisa acontecesse, cozinhar em banho-maria. E isso foi feito praticamente até a reunião do Chile onde, pela primeira vez, o Brasil começou a negociar. Se Fernando Henrique tivesse usado uma agenda própria, se opondo à Alca, teria ganhado uma popularidade imensa no Brasil. Naquele momento o empresariado, a igreja, a mídia, os sindicatos, todo mundo era contra a Alca. Mas ele não fez esse papel. Quando ele percebeu que as coisas estavam mudando e que grande parte da sociedade, inclusive o proletariado... Proletariado, não. Eu queria dizer o oposto, o empresariado. É que antigamente havia essa idéia de que as elites dos países em desenvolvimento eram o proletariado do mundo. Mas, enfim, ele colocou a sua capacidade de articulação a serviço de uma mudança em relação a Alca. Não estou fazendo um elogio ao Fernando Henrique, estou apenas querendo mostrar a diferença que existe entre colocar a diplomacia presidencial a favor de uma política externa e de, ao contrário, colocar a política externa a favor de uma agenda pessoal. O Fernando Henrique mudou de opinião. Acredito que o maior favor que Lula faria à política externa brasileira era colocar sua agenda a serviço da agenda nacional. São esses pontos os pontos que pretendia colocar e acho que aqui alguns deles são consensuais. Obrigado.

Mário Marconini

Muitíssimo obrigado. Antes de passar a palavra ao Dr. Euclides, observo que é uma pena que começássemos o evento com, porque o tema realmente é muito ambicioso, transitamos por várias áreas. Creio que ficou claro que temos dificuldades sistêmicas importantes no mundo e damos à elas interpretações diferentes. Guilhon observou que o governo Lula não está interpretando direito essa questão sistêmica, enquanto a Maria Sílvia talvez entenda de outra forma. Há consenso de que o Mercosul vai mal —seria difícil dizer que vai bem. Acho que há também um consenso de que a gente tem que repensar a América do Sul, isso ficou claro. Certamente haveria uma possibilidade de concretizar muito mais essa nossa agenda da América do Sul, que é onde os grandes interesses estão, ou seja, dinamismo do comércio, valor agregado e tudo isso. E, finalmente, o problema de que a agenda continua sendo interna. No ano que vem o Conselho de Relações Internacionais não vai realizar reuniões como essa., Mas, das 40 mil questões que foram levantadas, vamos selecionar algumas. Por exemplo, a questão da facilitação de negócios, fazer negócios no Brasil. A questão da própria política externa pura, a questão trabalhista e a questão da infra-estrutura e logística serão temas específicos., Estes temas serão trabalhados e o que deles resultar será encaminhado ao governo. Agradeço muito a atenção de todos e sei que os que estão aqui têm um enorme compromisso com o tema,

porque já é uma e meia da tarde e os senhores ainda continuam no plenário. Vou passar a palavra ao Dr. Euclides, que fará o encerramento. MUITÍSSIMO obrigado.

Euclides Carli

Muito bem, a palavra é da Fecomercio. Ao Dr. Mário Marconini parabéns pelo trabalho e o agradecimento pelo sucesso. Ao prof. Augusto Guilhon Albuquerque pela aula maravilhosa que nós recebemos. À prof.a. Maria Sílvia Portela de Castro, eu vou sair agradecido com uma visão um pouco diferente do Mercosul, que me interessa particularmente. E ao prof. Marcos Sawaya Jank eu agradeço também a aula que recebi. Agradeço à ilustre platéia e a Federação sempre espera contar com a presença dos senhores. Muito obrigado, está encerrado o trabalho.